

Novembro 2021

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal, Luanda
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA..

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>5</b>	
1.1	China: Tão “ perto “ e tão esquecida!	5
1.2	Mais de 30% das crianças em idade escolar fora do sistema formal de ensino	6
1.3	Há sustentabilidade, coerência e pertinência no Programa de Combate á pobreza	7
1.4	Governo prepara aumento salarial na Função Pública	9
1.5	Governo vai fazer mexidas no salário função pública	10
1.6	Preços dos alimentos sobem 33 por cento	11
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>13</b>	
2.1	Crédito informal, uma dolorosa forma de «esticar» o salário	13
2.2	Praticantes admitem ilegalidade, mas justificam-se com a fome	14
2.3	«O juro nunca pode passar dos 10%. O juro legal é 10% do valor recebido	14
2.4	Recapitalizar três fundo vai custar 100 mil milhões de kz	15
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>17</b>	
3.1	Contrabando de combustível pode ter os dias contados	17
3.2	Praticantes admitem ilegalidade, mas justificam-se com a fome	17
3.3	A zungueira adolescente e o lotador	18
3.4	A Emissão do cartão é da competência das administrações municipais e comunas	19
3.5	DIREITOS E DEVERES	19
3.6	Mais de 30 vendedores ambulantes, morreram vítimas de atropelamento e por electrocussão	19
3.7	“Mercadão” mostra riqueza de Benguela	20
3.8	Investimento de 2 milhões de dólares constrói 88 tanques.	21
3.9	Reconversão da economia vai aumentar a base tributária	21
3.10	Peixe ambulante do mar e do rio Zaire sustenta família	22
3.11	PREI emperra na falta de BI e nas quebras de sistema	23
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>25</b>	
5.1	Um olhar aos desafios do OGE para 2021	25
5.2	OGE 2022 aposta forte na presidência	26
5.3	As pistas do OGE, o que podemos esperar	27
5.4	Estabilidade do kwanza afunda rácio da dívida de 128, 7% para 84,8%	28
5.5	OGE 202 focado na recuperação do poder de compra	29
5.6	Saúde longe de atingir Objectivos do Milénio	30
5.7	Proposta de OGE para 2022 – principais alterações fiscais	30
5.8	Reconversão da economia vai aumentar a base tributária	32
5.9	Angola enviou para Portugal quase 100 milhões ·USD em remessas	33
5.10	Investimento Público no OGE de 2033 precisa ser consequente	33
5.11	Orçamento Participativo vai ser discutido hoje em Workshop	34
5.12	Municípios já contam com Orçamento Participativo	35
<b>6. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA</b>	<b>37</b>	
6.1	Lançado projecto de gestão administrativa	37
6.2	MAT forma líderes locais de Finanças	37

6.3	Orçamento Participativo vai ser discutido hoje em Workshop	38
6.4	Defendida descentralização da recuperação de activos	38
6.5	Municípios já contam com Orçamento Participativo	39
<b>7.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>41</b>
7.1	Construção Mais de nove mil obras encontra -se paralisada em todo o País	41
7.2	Altos preços de materiais de construção adiam «Sonho da casa própria» em Mbanza Kongo	41
7.3	Casas das centralidades voltam ao mercado em 2022	42
7.4	200 Casas disponíveis para antigos combatentes	43
<b>8.</b>	<b>TERRA</b>	<b>44</b>
<b>9.</b>	<b>SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>45</b>
9.1	Angola, o trade – off da crise climática	45
9.2	Elisal facturou mais de quatro mil milhões kz no último trimestre	46
9.3	Estação de tratamento de resíduos	47
9.4	Província de Luanda vale 58% da dívida de 200mil milhões kz da ENDE	47
9.5	Bornito de Sousa preside sessão do Conselho Nacional de Águas	48
9.6	Catação de lixo “ exige sacrifício, mas é recompensador”	48
9.7	ONG quer casas de banho para meninas nas escolas	49
<b>10.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>50</b>
10.1	Angola comprometida com igualdade de género	50
10.2	Marginais instalam terror e deixam rasto de sangue	51
10.3	População faz justiça por mãos próprias	52
10.4	Psicóloga e sociólogo defendem que violência contra a mulher seja considerada questão de saúde pública	53
<b>11.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>55</b>
11.1	Vítimas das chuvas beneficiam de apoio	55
11.2	Soluções para a seca cíclica apresentadas no Cunene	55
<b>12.</b>	<b>MINEIRA</b>	<b>57</b>
<b>13.</b>	<b>MIGRAÇÃO</b>	<b>57</b>
<b>14.</b>	<b>INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>57</b>

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 China: Tão “ perto “ e tão esquecida!

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2021*

De há uns anos a esta parte, Angola tem a China como principal parceiro comercial. O "Império do Meio", como também é conhecido o país liderado por Xi Jinping, ultrapassou na lista Portugal, com o qual Angola mantém relações afectivas mais próximas. É na "Santa Terrinha" onde muitos governantes e funcionários do escalão superior do aparelho do Estado têm filhos a estudar; onde salteadores do erário depositam despididamente o dinheiro roubado às gentes cujos filhos morrem por falta de assistência médica em hospitais públicos; onde ditos nacionalistas morrem em busca de tratamento médico de qualidade que o País que "libertaram do colono" não lhes pôde.

Apesar de todos e mais alguns laços com Portugal, é com a China que Angola tem o maior volume de trocas comerciais. Isto porque, de acordo com o Banco Mundial, o "gigante" (não sei se não devia tirar as aspas) asiático é a segunda maior economia planetária, atrás dos Estados Unidos da América (EUA). A China é hoje um parceiro praticamente incontornável para qualquer país, porque vende e compra uma incrível variedade de bens e serviços. Nalguns (na verdade, em muitos) casos está muito à frente dos EUA, o mesmo que dizer à frente de todo o mundo. Por exemplo, lidera no domínio da fabricação de computadores, darobóticae de produtos farmacêuticos.

Acontece o mesmo com o material desportivo. Não há nenhuma marca de referência mundial que não tenha fábrica na China, que também tem marcas nacionais competitivas. Além disso, o país foi determinante para a melhoria qualitativa das infra-estruturas desportivas no continente africano. Nações que anteriormente pareciam não ter capacidade financeira parados EUA, União Soviética e Grã-Bretanha, Se tivermos em consideração que a antiga União Soviética era praticamente meio-continente e que a China só tem 11 presenças no evento contra 2.8 dos EUA e 29 do Reino Unido, é mister reconhecer que a ausência chinesa no "pódio dos pódios" é artificial Ou seja, o seu lugar é logo depois dos EUA. De resto, uma simples operação aritmética

resulta que a média chinesa de medalhas é de 57,90, a dos EUA 94,14 e da Grã-Bretanha 31,58. A da União Soviética é de 112,22, mas este é conto de outros rosários. Neste particular, estamos conversados.

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio'2020, disputados este ano por causa da pandemia da Covid-19, a China (com 38) ficou a uma escassa medalha de ouro dos EUA (com 39) no medalheiro geral. Quer dizer que, se conseguisse vencer duas finais de modalidades individuais, podia acabar no primeiro lugar da tabela, embora se reconheça que, em função da quantidade de "pratas" que colecionaram, os americanos estavam em melhores condições de superar os chineses.

"Esta" China a que nos referimos aqui é a principal parceira comercial de3. pelo menos 130 países, entre os quais a maioria dos africanos. No "continente-berço", Angola está no "pódio" dos principais pares comerciais do gigante asiático (acho que já não se fazem necessárias aspas), colocada na terceira posição, atrás da Nigéria e da África do Sul, as principais economias do continente.

Num artigo publicado a 30 de Setembro último no Jornal de Angola, o embaixador da China em Angola, Gong Tao, assegurou que"China e Angola são parceiros estratégicos e irmãos de assistência recíproca o Isso quer dizer que as portas para a cooperação em todos os níveis estão abertas. Estranhamente, porém, no desporto, essa cooperação é praticamente inexistente. São escassos os desafios particulares realizados entre ou clubes de ambos os países fora do calendário desportivo mundial das diferentes federações internacionais, O pouco que se sabe da intervenção chinesa no desporto em Angola aconteceram do ténis de mesa, mas foi algo residual, numa altura em que sequer havia cooperação tão efectiva como agora.

Com a relação privilegiada que tem com a China, era suposto Angola tirar maior proveito no campo desportivo, mas não o faz. Não se conhecem ~ de cooperação no domínio da formação, do treino ou outros sectores em que os chineses são modelos. Referimo – nos, por exemplo á ginástica, ao ténis de mesa, ao atletismo (lançamentos), ao halterofilismo, á natação, ao tiro e até á vela. Passadas mais de duas décadas desde que as relações entre ambos os países foram fortemente incrementadas, só em Maio deste ano se deu um pequeno passo, quando o embaixador da china em Angola se reuniu com as figuras máximas dos comités Olímpico e paralímpico angolanos, a fim de identificarem pontos de possível cooperação

Seis meses depois deste encontro, não há informação de outros passos que tenham sido dados.

O que as autoridades desportivas angolanas precisam perceber é que a China é o principal parceiro comercial de pelo menos 130 países, sendo Angola apenas um desses. Por isso, muito seguramente que não será o gigante asiático a vir atrás de Angola esmolar cooperação. Se os angolanos não agirem com presteza e argúcia, o desporto nacional pode desperdiçar oportunidade ímpar de melhorar substancialmente na arena internacional é bom ter em atenção que, em política internacional, as relações não perduram para todo sempre. Atentemos o exemplo do relacionamento entre Angola e Cuba! Nos idos de 1980, Angola desaproveitou a oportunidade de absorver o know-how da potência mundial que Cuba é no boxe. Agora, se tentar recuperar esse passivo nada mais será como antes, porque tudo mudou

Portanto, Angola não se pode permitir ao luxo de esbanjar como tem feito, porque, apesar de se arvorar em potência continental, ainda integra o desprestigiante grupo de 68 países que jamais conheceram a glória olímpica, o mesmo quer dizer nunca conquistaram medalha olímpica

## 1.2 Mais de 30% das crianças em idade escolar fora do sistema formal de ensino

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2021*

*Texto: Onélio Santiago*

É um número com que Angola já se habituou a contar aos milhões. Por exemplo, em 2020, dados oficiais referiam que o País tinha mais de um milhão e 300 mil crianças que não usufruíam do direito à Educação. Há três meses, discursando no Kuando - Kubango, por ocasião da abertura do ano lectivo 2021/2022, a ministra de Estado para Área Social não entrou em por menores, mas admitiu haver "actualmente um grande número de crianças fora do sistema de ensino".

Mas o que não disse Carolina Cerqueira disse-o Caetano Domingos, director nacional de Quadros do Ministério da Educação (MED), quando interveio, em Julho, numa conferência do Sindicato Nacional de Professores (SINPROF) sobre sindicalismo e educação de qualidade para o desenvolvimento sustentável. O responsável, citado pela ANGOP, anunciou que o País tinha, praticamente, dois milhões de alunos fora do sistema de ensino, número que

representa pelo menos 32 por cento da população em idade escolar.

" [É preciso] construir e melhorar instalações físicas apropriadas para as crianças e que proporcionem ambiente de aprendizagem seguro e não violento", disse Caetano Domingos, ao citar as infra-estruturas como um aspecto chave para o qual o País deveria prestar maior atenção.

É possível, no entanto, dizer que nem tudo é negativo no sector. Por exemplo, em 1972-73, dois a três anos antes da Independência, de acordo com anuários estatísticos consultados pelo Novo Jornal, o País tinha pouco mais de 500 mil alunos matriculados no ensino primário, sendo 466 mil na modalidade oficial e 46 mil na modalidade particular, números largamente superados, por exemplo, pelas estatísticas do presente ano lectivo, em que a quantidade a frequentar o ensino primário é calculada acima dos seis milhões.

Mais desistentes do que reprovados

Em 1985, quando se procedeu ao diagnóstico que viria a recomendar a implementação de uma reforma no Sistema Educativo, segundo dados oficiais, de mil alunos que entravam na La classe, só cento e quarenta e três chegavam a concluir a 8.a classe. Actualmente, dizem os números estatais, de 1.500 alunos, mais de 500 terminam o ciclo de educação básica.

Aliás, no discurso que fez há três meses, no Kuando-Kubango, durante a cerimónia de abertura do ano lectivo 2021/2022, Carolina Cerqueira mostrou-se satisfeita por a taxa de abandono escolar no ensino geral ter saído dos 10%, registados até 2017, para os 5% actuais. "O elevado número de abandono escolar que ainda se regista tem a ver com o da população, situação que tem merecido resposta do Executivo, no âmbito das diferentes políticas de gestão demográfica associadas ao plano de Desenvolvimento Nacional", disse a governante.

A ministra de Estado para Área Social revelou ainda que, dos pelo menos 14 milhões de alunos matriculados no lectivo passado (2020/2021), houve quase três vezes mais desistências do que reprovações, 3,2 milhões contra 1,8 milhões.

Em contrapartida, as más notícias sobre sector não se ficam por aqui. Em meados de 2018, um inquérito do MED, elaborado com recurso aos métodos EGRA e SDI (acrónimo e sigla ingleses que significam, respectivamente, Avaliação da Leitura Precoce e Indicadores de prestação de serviços), concluiu que apenas 30% das escolas primárias possuem casas de

banhos funcionais, sendo que, em relação a manuais, apenas 33% das escolas costumam recebê-los em quantidade suficiente. O estudo indicou ainda que alunos que falam outras línguas em casa apresentam pior registo na compreensão oral do que os que apenas falam português. A pesquisa concluiu que os professores angolanos faltam mais do que os do Quênia, Níger, Nigéria, Tanzânia, Togo e Uganda.

### I.3 Há sustentabilidade, coerência e pertinência no Programa de Combate à pobreza

*Jornal Expansão*  
12 De Novembro

Foi recentemente feito um estudo, por uma ONG, sobre os impactos do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) implementados nos municípios de Cacusó, Bailundo e Ganda, nos anos de 2019 e 2020. Eu, que escrevo, fui o consultor coordenador e para a avaliação tivemos de fazer um estudo de campo em diversas comunas dos municípios referenciados, sendo que entrevistámos as administrações municipais e locais que são os implantadores, tivemos conversa com os beneficiários mediante a criação de grupos focais, inquirimos diversas comunas e tivemos acesso aos relatórios e planos de acção.

Assim sendo, neste artigo de opinião, quero fazer uma breve avaliação do PID LCP na perspectiva da pertinência (o PID LCP deu resposta às principais necessidades das comunidades?), coerência (o número de beneficiários estimado pelo programa, isto é, 3 milhões de angolanos foi coerente com a procura populacional que se encontra em situação de vulnerabilidade?) e sustentabilidade (é possível prosseguir-se, no fim da implementação com as actividades desenvolvidas graças a esta iniciativa?), com base nas conclusões retiradas do estudo feito.

#### PERTINENCIA

As principais dificuldades dos cidadãos residentes nos municípios em análise são a falta de energia, água potável, saúde, problemas de fome ou desnutrição, acesso a educação, acesso aos serviços de justiça, um inexistente mercado de trabalho, acesso a informação e dificuldade de locomoção na medida em que não há transportes e muitas vias encontram-se degradadas. Nesta ordem de ideias concluímos que o PIDLCP ainda não deu resposta às principais necessidades da comunidade.

#### Coerência

Houve realização de muitas acções no âmbito do PIDLCP a nível nacional, dentre elas a construção e reabilitação de escolas, hospitais, entrega de merenda escolar, distribuição de enxadas, moto bombas, equipamentos de fomento ao microcrédito, realização de acções de formação, etc.

Não obstante a distribuição de recursos e esforço feito das administrações que implementaram O Programa, as acções levadas a cabo tiveram um impacto paliativo, na medida em que a: maior parte da população não beneficiou, e o grupo que recebeu algum benefício continua com as mesmas necessidades.

Em "The End of Poverty", Sachs comenta que, em sociedades de baixíssima renda per capita, os estudos mostram que o consumo devora praticamente tudo o que se produz. O que sobra para sustentar os serviços básicos do Estado é quase nada. Logo, não sobra nada para novos investimentos (públicos) e para a formação de capital fixo. Como, então, a capacidade produtiva não se expande (pois o governo não dispõe de recursos financeiros para isso) nem para acompanhar o ritmo de crescimento da população, a produção e a poupança não aumentam, fechando-se, assim, uma espécie de "armadilha" que se repete de forma contínua.

De acordo com o raciocínio de Jeffrey, percebe-se que quando a pobreza é extrema os pobres não têm a capacidade para combater esse cenário por eles próprios, na medida em que falta praticamente tudo: estradas pavimentadas, energia, canais de irrigação, capital humano com efectiva capacidade de produção (saúdavel, nutrido e letrado), bem como capital natural em condições de ser explorado. Quando uma comunidade se encontra destituída destes factores, é difícil sobreviver, mas, sobretudo, produzir e crescer economicamente, uma tarefa que sem ajuda externa é praticamente inatingível. Os mais pobres dos pobres não têm capacidade de poupança e, desta maneira, acumular capital que lhes permita saltar para outro estado de desenvolvimento. Num cenário como esse, em que a pobreza cria incapacidades de avanço, somente um grande suporte financeiro se apresenta como alavancagem, daí que o orçamento destinado para combater a pobreza não pode ser poupado e precisa ser, por cabeça, muito acima dos USD 1,25.

Pelo orçamento per capita (ver tabela) consegue-se perceber quão poucos são os recursos destinados para o PIDLCP. O somatório do orçamento diário em dólares dos três municípios não ultrapassa sequer a barreira dos 1,25 USD. Deste modo, o orçamento destinado para PIDLCP é propício para manter os beneficiários abaixo da linha da pobreza e alimentar a força da sua armadilha. Por causa deste motivo o PIDLCP teve pouco impacto, o que não foi coerente com os 3 milhões de beneficiários.

## PERENIDADE! SUSTENTABILIDADE

Está no centro da estruturação do PIDLCP o conceito de desenvolvimento sustentável. Aliado a este conceito está subjacente a ideia de que as ações do Programa devem ter um impacto de longo alcance, com isto quer se dizer que a implementação de qualquer dos programas, dentro dos eixos do PIDLCP, deve ter benefícios de curto e de médio prazo.

Assim sendo, de tantas nuances que levantamos sobre a questão da sustentabilidade destacamos as ações no domínio da educação, saúde e da promoção da cidadania. Nos municípios em análise percebemos que a merenda escolar foi distribuída em pouquíssimas escolas e de forma muito irregular, o que não gerou efeito que se desejava, que é o incentivo à frequência escolar. Problemas ao nível da educação são estruturais, uma vez que, para além da merenda escolar, existem outras nuances que podem ser levantadas: o aglomerado nas escolas derivado da insuficiência de salas de aulas constitui uma situação preocupante, sobretudo em tempos de Covid-19. Os professores vivem muito instantes das comunas em que trabalham e isso, por si só, dificulta imenso o processo de ensino e aprendizagem.

Pode-se dizer que o que o PIDLCP fez para o progresso da educação tem efeito inerte no longo prazo, uma vez que as ações executadas não têm efeitos duradouros. A grande preocupação reside na taxa de desistência escolar, que, com a fome, tem aumentado gradativamente.

Houve reabilitação de alguns hospitais e centros médicos, mas estas estruturas de saúde carecem de médicos, enfermeiros e medicamentos, o que torna complexo o acesso à saúde.

Existem três níveis de atenção à saúde, entre eles o primário, secundário e o terciário. A grande pressão que existe no nível terciário do sistema de saúde nacional deriva do fraco investimento que se faz nos níveis secundários e, principalmente, primário. Assim sendo, além de reabilitar ou construir hospitais, para maior sustentabilidade, a logística

dessas estruturas precisam ser robustas de maneira a que a ausência de remédios não se apresente como problema e a distribuição deve ser regular. Para além disto, as famílias precisam ter o mínimo de conhecimento do nível primário, isto é, saber lidar com questões de prevenção e resolução dos cuidados de saúde, de maneira tal que não precisem de ir regularmente aos hospitais para resolver problemas simples,

Houve ações no domínio da promoção da cidadania nos três municípios, designadamente o programa de massificação dos registos civis e atribuição do BI.

Este programa promoveu a cidadania sendo que já há muitos cidadãos com acesso ao BI. No entanto, entende-se que as ações de promoção da cidadania tiveram um efeito remediado e de médio prazo, não sendo sustentável, uma vez que não houve criação de postos fixos.

A razão de não ser sustentável reside no seguinte: primeiro, por erro humano, os cidadãos estão sujeitos a deixar perder os documentos, segundo, os mesmos documentos têm prazos de validade não superior a 5 anos. De acordo com essas observações, tendo em conta que os cidadãos das comunas têm imensas dificuldades de se locomover até à sede dos municípios, com o tempo, os mesmos cidadãos que beneficiaram do programa de massificação estarão com restrições de exercer a cidadania porque ou o BI perdeu-se, ou caducou. Para colmatar essa questão será necessário a implementação de um novo programa de massificação, o que, do ponto de vista financeiro, é custoso. Considerando ainda o crescimento populacional, não havendo postos fixos, no médio prazo muita gente ainda estará sem registos e sem o BI.

Enfim, as nossas conclusões preliminares fazem-nos perceber que o PIDLCP, que é parte dos 83 programas que consta no PDN 2018-2022 e aprovado legalmente, através do Decreto Presidencial n.º 140/18, poderá fracassar no seu objectivo geral, como o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), aprovado em 2010 através da Resolução n.º 9/04, de 4 de Junho.

Para que se evite o fracasso, acreditamos que é necessário que o PIDLCP seja resultado de uma forte e empenhada negociação colectiva de estratégias, metas e resultados. Mas também de recursos e de qual a participação e contributo de cada sector da nossa sociedade e de cada indivíduo para esse efeito. O PIDLCP precisa de, alguma fortaleza legislativa, mais especificamente no domínio da fiscalização e prestação de contas.



## I.4 Governo prepara aumento salarial na Função Pública

*Jornal de Angola*

*16 De Novembro de 2021*

O Governo está a preparar um ajustamento dos salários da Função Pública, no quadro das medidas alívio económico e social para as famílias e as empresas previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2022, anunciou a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, na terça-feira, em Luanda. "Estamos a trabalhar com o Ministério do Trabalho numa reflexão em torno de um eventual ajustamento dos salários da Função Pública", revelou, ao Telejornal da TPA, a titular das Finanças, frisando que se trata da "reposição dos rendimentos" das famílias.

Vera Daves apontou o ajustamento como complemento de medidas de alívio económico e social para as famílias e as empresas previstas na proposta de OGE desde terça-feira em discussão na Assembleia Nacional, com as quais o Governo projecta que a retoma do crescimento esperada em 2022 se reflecta na vida da população.

Isso, notou a ministra, requer um "ambiente fiscal mais flexível", onde se inserem as decisões do corte de IVA sobre bens de alto consumo, o sector da Restauração, Turismo e Hotelaria (fortemente afectado pela pandemia da Covid-19), o Imposto Industrial sobre serviços acidentais prestados por empresas não residentes a entidades residentes e o Imposto sobre Veículos Motorizados para aeronaves e embarcações.

A medida desse carácter já em vigor é a suspensão dos direitos aduaneiros, enquanto todas as outras foram aprovadas pelo Conselho de Ministros, devendo entrar em efectividade com a aprovação do OGE: "é a Lei do OGE que vai pôr em vigor as medidas".

A ministra declarou, para ilustrar o cenário esperado em 2022, que "há um conjunto de medidas de natureza fiscal que visam conceder alívio económico às empresas e às famílias" que geram, no Governo, a expectativa de resultarem em "mais lucros para a empresas, maior motivação para contratar, criar emprego e, também, numa redução dos preços do produtos e serviços que vai ajudar as famílias a terem acesso a um conjunto de bens que, noutras circunstâncias, não conseguiriam".

A ministra advertiu que, para evitar que as medidas sejam esvaziadas, a Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar

(ANIESA) entra em acção para vigiar e prevenir que agentes económicos adoptem margens maiores, ao invés de assumirem os ganhos anteriores e baixarem os preços.

O que se pretende é que, "no final do dia, os angolanos sintam que estas perspectivas do preço do petróleo superior e da receita petrolífera superior ajudem a contrabalançar com a perda de receita que teremos no domínio não petrolífero", afirmou a ministra, admitindo, dessa forma, que, ao abdicar de certos impostos, o Governo conta com a previsão do encaixe aumentado das receitas da exportação de crude.

PIP e necessidades de financiamento.

Segundo a ministra das Finanças, o Programa de Investimentos Públicos (PIP) absorve, no próximo ano, mais 346 mil milhões de kwanzas em grandes projectos associados ao sector da Saúde, com incidência sobre os hospitais, Transportes (portos, aeroportos e meios de apoio ao transporte urbano), Obras Públicas (redes rodoviárias, pontes, equipamentos de apoio a habitação e centralidades), bem como Energia e Águas (linhas de transmissão de energia e sistemas de abastecimento de água).

As necessidades brutas de financiamento do OGE 2022 representam perto de 13 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), situando-se em oito biliões de kwanzas, quase as mesmas verificadas no ano em curso, enquanto as necessidades líquidas (a diferença entre o financiamento a obter e aquilo que é pago) caem.

De acordo com Vera Daves, o Governo está empenhado em financiar o máximo possível de despesa com a receita fiscal, adoptando uma postura conservadora para cobrir as necessidades líquidas, com a contratação de financiamento em termos concessionais ou semiconcessionais.

Isso representa a negociação empréstimos a longo prazo e taxas de juro baixas para que o serviço da dívida deixe de absorver metade da despesa total do orçamento, como, realçou, "tem vindo a acontecer nos últimos anos".

Estado paga 500 mil milhões em atrasados

De Janeiro a Outubro, o Governo regularizou 500 mil milhões de kwanzas em atrasados da dívida pública comercial, acima dos 400 mil milhões pagos no cômputo do ano passado e dos 450 mil milhões previstos para 2022, de acordo com números divulgados pela ministra das Finanças. Vera Daves, que falava ao Telejornal da TPA, na terça-feira, definiu a dívida pública comercial como a que

decorre da celebração de contratos entre o Estado e prestadores de serviços e fornecedores de bens, assim como uma das duas componentes, a que chamou "tabuleiros", em que ocorre o endividamento do Estado.

A ministra adiantou que a postura do Estado para com essa dívida é a de "priorizar a regularização o máximo possível", notando ser que, a esse nível, o Ministério das Finanças procura transmitir a mensagem da necessidade de se respeitarem as regras do OGE, para "que não estejamos sempre a correr atrás do prejuízo relativamente à dívida que é contraída ao arrepio das regras de execução do orçamento".

Recentemente, lembrou, foi aprovado e publicado um Decreto Presidencial que regula essa matéria, estabelecendo o mês de Janeiro de 2022 a data de corte, com a Estada a passar a deixar de tratar temas relacionados a dívida pública contraída fora do sistema.

"Os gestores públicos têm de colaborar na orçamentação conveniente ou renegociação dos contratos que não sejam possíveis orçamentar, para não colocar o Estado e as empresas com quem negociam numa situação de litígio", apelou a ministra.

Vera Daves informou que foi solicitada "ajuda" à Inspecção Geral do Estado (IGAE) para verificar "tudo o que é contraído ao arrepio da regra de execução do OGE" mas que o compromisso "é sempre provar que o Estado angolano é um ente de bem e quer assegurar que as leis são respeitadas e que todas as relações comerciais ou financeiras devem pautar-se pelas regras".

O segundo "tabuleiro" é o da dívida pública financeira, que decorre de acordos de financiamento celebrados com instituições financeiras de forma bilateral, ou contratados a organizações multilaterais como o FMI, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, da emissão de dívida pública titulada (Bilhetes e Obrigações do Tesouro) e acordos com bancos no mercado no internacional.

## 1.5 Governo vai fazer mexidas no salário função pública

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Novembro de 2021

O Executivo angolano está a preparar um ajustamento dos salários da função pública, no quadro das medidas de alívio económico e social para as famílias e empresas, previstas no Orçamento Geral

do Estado (OGE) de 2022, anunciou a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa.

"Estamos a trabalhar com o Ministério do Trabalho numa reflexão em torno de um eventual ajustamento dos salários da função pública", revelou ao Telejornal da TPA a titular das Finanças, frisando que se trata da "reposição dos rendimentos" das famílias.

Citada pelo Jornal de Angola, Vera Daves Sousa apontou o ajustamento como complemento de medidas de alívio económico e social para as famílias e empresas, previstas na proposta de OGE, com as quais o Governo projecta que a retoma do crescimento esperada em 2022 se reflecta na vida da população.

Isto, notou a ministra, requer um "ambiente fiscal mais flexível", no qual se inserem as decisões do corte de NA sobre bens de alto consumo, o sector da Restauração, Turismo e Hotelaria (fortemente afectado pela pandemia da Covid-19), o Imposto Industrial sobre Serviços Acidentais prestados por empresas não-residentes a entidades residentes e o Imposto sobre veículos Motorizados para Aeronaves e Embarcações.

A medida deste carácter já em vigor é a suspensão dos direitos aduaneiros, enquanto todas as outras foram aprovadas pelo Conselho de Ministros, devendo entrar em efectividade com a aprovação do OGE: "É a Lei do OGE que vai pôr em vigor as medidas".

A ministra declarou, para ilustrar o cenário esperado em 2022, que "há um conjunto de medidas de natureza fiscal que visam conceder alívio económico às empresas e às famílias" que geram, no Governo, a expectativa de resultarem em "mais lucros para as empresas, maior motivação para contratar, criar emprego e, também, numa redução dos preços dos produtos e acesso a um conjunto de bens que, noutras circunstâncias, não conseguiriam".

Vera Daves de Sousa advertiu que, para evitar que as medidas sejam esvaziadas, a Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA) entra em acção para vigiar e prevenir que agentes económicos adoptem margens maiores, ao invés de assumirem os ganhos anteriores e baixarem os preços.

O que se pretende é que, "no final do dia, os angolanos sintam que estas perspectivas do preço do petróleo superior e da receita petrolífera superior ajudem a contra-balançar com a perda de receita que teremos no domínio não-petrolífero", afirmou a 'ministra, admitindo, dessa forma, que, ao abdicar de

certos impostos, o Governo conta com a previsão do encaixe aumentado das receitas da exportação de crude.

Conforme o relatório de fundamentação proposta de OGE/2022, no sector público administrativo, em 2022 espera-se "por um crescimento de 1,5%, justificado pela perspectiva de aumento do consumo público tanto a nível dos salários, influenciado pela contratação de novos profissionais, em particular, nos sectores da Saúde, Educação e Ensino Superior, bem como pelos movimentos naturais da folha salarial, devido a progressões, promoções e outras 59 actualizações. O crescimento do sector público é ainda justificado pelo aumento esperado a nível da despesa com bens e serviços".

## 1.6 Preços dos alimentos sobem 33 por cento

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Novembro de 2021

O preço dos alimentos registou uma subida a nível mundial na ordem de 33 por cento durante o mês de Setembro deste ano, segundo dados publicados pela Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O dado avançado pelo índice de preços de alimentos mensal da Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura também identificou que os preços notaram uma subida na média de mais de 3 por cento desde o mês de Julho, tendo atingido níveis que só verificados em 2011.

O índice de preços dos alimentos é tido pela FAO, para programar e para registar o resultado das alterações combinadas de preço de um leque de alimentos como azeites vegetais, cereais, carne e açúcar e estabelecer uma comparação mensal.

O documento aponta que nenhum produto tem sido consistentemente responsável pelo aumento do preço real médio desde 2000. Mas o índice de preços dos óleos comestíveis aumentou significativamente desde Março de 2020, impulsionado principalmente pelos preços dos óleos vegetais, que alcançaram 16,9 por cento entre 2019 e 2020, devido ao aumento da demanda por biodiesel e padrões climáticos que não contribuíram para a produção rural.

A outra categoria de alimentos com maior efeito no aumento dos preços é o açúcar. Os grãos contribuíram menos para o aumento geral dos preços, mas sua disponibilidade em todo o mundo. O trigo, cevada, milho, sorgo e arroz são responsáveis

por pelo menos 50 por cento da nutrição global e até 80 por cento nos países mais pobres.

O stock armazenado resultante das safras tem diminuído desde 2017, já que a demanda superou a oferta. A queda nas reservas ajudou a estabilizar os mercados, mas os preços subiram acentuadamente desde 2019.

Realça ainda que os preços de todos os produtos e serviços tendem a aumentar mais rapidamente do que a renda média. A inflação significa que os consumidores não só têm que pagar mais por unidade de alimento, mas também têm proporcionalmente menos dinheiro para gastar, devido ao aumento paralelo dos preços de tudo.

### Flutuação nos preços

Os preços dos diferentes produtos sobem e descem com base em factores universais. Cita por exemplo, que a alta do preço do petróleo em 2020 afectou os preços de todos os produtos alimentares do índice da FAO, ao elevar os custos de produção e transporte de alimentos. Há também a escassez de mão-de-obra como resultado da Covid-19 que reduziu a disponibilidade de trabalhadores para cultivar, colher, processar e distribuir alimentos, contribuindo para o aumento dos preços das commodities.

Todavia, o preço médio real dos alimentos vem manifestando subida desde 2000, o que reverte a tendência anterior de queda, iniciada na década de 1960.

As razões por trás das flutuações de cada alimento são complicadas, mas uma coisa que tem merecido uma maior atenção é o número de vezes, desde 2000, que o clima "imprevisível" e "desfavorável" tem sido relatado pela FAO como causa de "expectativas de safra reduzidas", "safras afectadas pelo clima" e "declínio da produção".

### Pressão inflacionista

Angola tem estado a registar pressões inflacionárias, acompanhando a tendência que se tem vindo a verificar no resto do mundo.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a variação mensal do índice de Preços no Consumidor Nacional (OPCN) tem se fixado nos últimos meses em níveis superiores a 2,0 por cento, impulsionada maioritariamente pela classe de Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas, que no acumulado dos últimos cinco meses representou em média cerca de 70 por cento da inflação total.

Em termos acumulados, diz o INE INE, a taxa de variação do IPCN até Agosto de 2021, fixou-se em 16,88 por cento. Quanto à taxa de inflação homóloga (últimos 12 meses), situou-se em 6,09 por cento, impulsionada, conforme anteriormente referido, pela contribuição da classe de Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas, cuja variação foi de 32,39 por cento.

Quanto às economias internacionais, relativamente à evolução dos preços, continua a verificar-se pressões inflacionárias na maioria dos mercados, em consequência do aumento dos preços dos bens alimentares e das commodities energéticas, com destaque para as economias africanas, da América latina e asiáticas, que viram os preços dos alimentos no mercado interno aumentar substancialmente. Tal é resultado de constrangimentos na cadeia de distribuição, bem como das depreciações cambiais que ocorreram durante a pandemia.

Nos EUA, a taxa de inflação passou de 1,4 por cento em Janeiro para 5,3 por cento no mês de Agosto, valor mais alto registado ao longo deste ano. Na Zona Euro, a tendência crescente dos preços levou a que a taxa de inflação passasse de 0,9 para 3,0 por cento. Nas economias da SADC, a taxa de inflação média passou de 7,8 por cento no mês de Janeiro, para 10,19 por cento em Agosto, com Angola, Zâmbia e Zimbabwe os países que mais contribuíram para este aumento. Contudo, a previsão é de que a taxa média de inflação no ano de 2021 se situe a um nível inferior (8,4 por cento). As condições adversas do ambiente externo têm estado principalmente na base das pressões inflacionárias, sobretudo dos bens alimentares. Em Agosto, por exemplo, o índice de preço dos alimentos da FAO registou uma variação mensal de 3,4 por cento e homóloga de 3,9 por cento, influenciado pelos aumentos de preços do açúcar, óleos vegetais e cereais.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Crédito informal, uma dolorosa forma de «esticar» o salário

*Novo Jornal*

*5 De Novembro de 2021*

*Texto: Jorge Batalha*

A prática de crédito informal, popularmente conhecida como 'juros', é, em muitas zonas do país, o principal recurso que pais e outros responsáveis de famílias encontram para conseguir acautelar as questões de alimentação, saúde, educação e outras necessidades emergentes.

Por exemplo, Malude António, 32 anos, admite ao Novo Jornal que foi graças ao recurso a crédito informal, na qualidade de entidade que cede dinheiro emprestado, que conseguiu realizar o sonho da casa própria. O técnico de Construção Civil, morador do município de Cacucaco, explica que, enquanto credor, costume que desenvolve desde 2011, conseguiu verbas suficientes para adquirir a parcela de terra onde está a erguer a sua residência.

"Mesmo trabalhando como pedreiro, foi a fazer juros que consegui juntar dinheiro para comprar o meu espaço", diz Malude António.

Mas nem tudo são rosas neste negócio que os próprios fazedores consideram "arriscado". Por exemplo, citando a sua experiência de uma década como 'bombeiro' nas horas em que o salário se revela insuficiente para as despesas, Malude recorda já se ter envolvido com pessoas a quem emprestou livremente dinheiro, mas, na hora da devolução, serviram-se de desculpas esfarrapadas para justificar o incumprimento.

É, por isso, com bastantes receios que Nócia Figueira, outra credora informal ouvida pelo NJ, aborda os meandros deste negócio. Ao contrário de Malude António, que se pode gabar de ter conseguido um lar por via disso, a jovem diz ter deixado esta prática e, aliás, não recomenda "ninguém a enveredar por ela", tendo em conta os elevados riscos que se correm, os quais acarretam, como no seu caso, a possibilidade de se sofrer "perdas de somas avultadas".

No geral, tirando um ou outro caso particular, o sistema de crédito informal funciona da seguinte forma: quem pede emprestado um valor tem o prazo de um mês para fazer a devolução, mediante acréscimo de 50% da quantia inicial. Entretanto, caso

a devolução ocorra depois de dois meses, o valor a crescer sobe para 100%. Por exemplo, se o senhor X tomar a 1 de Novembro 50 mil kwanzas emprestados, tem dever de devolver 75 mil a 1 de Dezembro. Caso o faça apenas em Janeiro, o valor a devolver é de 100milKz.

Foi em todo este processo que Nócia Figueira viu escapar-lhe o dinheiro. "Perdi mais de 500 mil kz neste negócio", resume Nócia, que, de acordo com a prática corrente de juros, teria recebido 750 mil Kz ao dar emprestados 500 mil, em face do acréscimo de 50%. Contudo, viria a desistir do negócio depois de, ao recorrer a uma esquadra policial em consequência do elevado número de clientes que lhe deviam, ter ficado a saber que os 'kilapeiros' não tinham, afinal, a obrigação de pagar a dívida nos moldes em que a haviam contraído, visto que a taxa de juro aplicada era ilegal.

Envolto em intermediários Desenvolvido, em muitos casos, como forma de suprir as necessidades de quem não consegue subsistir apenas com o rendimento formal, o crédito informal, dentro das suas especificidades, também vai criando os seus 'empregos'.

Por exemplo, Manilson Neto está desempregado, mas vai fintando a falta de trabalho com o envolvimento no negócio de credores informais. "Há cinco anos que perdi o emprego e ganho a vida a fazer juros", explica o jovem.

Aos 32 anos, Manilson é uma espécie de 'ponta-de-lança' de um senhor que detém os valores monetários, ou seja, ao jovem cabe a missão de captar clientes, tirando, feita, uma percentagem de cada que arranja.

"Se eu conseguir um cliente que quer emprestados 50 mil kz para pagar 75 mil, fico com 10% do valor, que é 7.500 kwanzas", detalha Manilson, que não esconde a óbvia preferência por clientes que pedem emprestados valores mais altos. "Gosto de clientes que vêm para pedir emprestado acima de 100 mil Kz, para eu poder tirar mais valor", reforça.

Para a concessão de crédito informal, apurou o Novo Jornal, exige-se a cópia do Bilhete de Identidade, o cartão multicaixa do devedor (facultativo) e a assinatura de ambos, credor e devedor, com a data da celebração do contrato e a data de liquidação, bem como as variáveis do negócio, sobretudo no caso de existir incumprimento de prazos.

## 2.2 Praticantes admitem ilegalidade, mas justificam-se com a fome

*Novo Jornal*

*5 De Novembro de 2021*

*Texto: Jorge Batalha*

Da ronda efectuada pela nossa equipa de reportagem, foi possível aferir que os credores e os devedores têm conhecimento da ilegalidade da prática. Porém, para muitos deles, tratando-se de uma forma de resolver problemas quando se sentem incapacitados, não há sequer tempo para se ponderar questões relacionadas com a lei.

Ao Novo Jornal, houve quem se dispusesse a contar os benefícios do recurso à denominada prática de "juros", desde que não se lhe fosse revelada a identidade.

Pôr exemplo, Cristina Eduarda, nome fictício, teve de solicitar o serviço de crédito para socorrer a filha que estava hospitalizada, com carência de sangue. Cristina recebeu do credor cerca de 40 mil kwanzas, ficando com o compromisso de devolver 60 mil.

"Ver a minha filha com vida era o meu maior desejo. Estava aflita", recorda Cristina Eduarda, que lamenta, por outro lado, o facto de o tratamento não ter surtido os efeitos desejados, visto que a menina, de 14 anos, viria a falecer dois depois de a mãe ter conseguido os valores por empréstimo.

Já Gregório Matias, nome fictício, relata ao NJ que o recurso à prática de «juros» o salvou de uma anunciada situação de despejo. A renda da casa já havia terminado, e o senhorio tinha-o advertido por várias vezes.

Pressionado, Gregório Matias não pensou duas vezes: pediu emprestado 90 mil kwanzas, comprometendo-se em devolver 135 mil no mês seguinte. Se passassem dois meses, teria pago 180 mil.

## 2.3 «O juro nunca pode passar dos 10%. O juro legal é 10% do valor recebido

*Novo Jornal*

*5 De Novembro de 2021*

Sobre o crédito informal, do ponto de vista legal, que enquadramento pode fazer?

Do ponto de vista legal, a prática não é correcta, uma vez que as únicas entidades monetárias do ponto de vista da acção comercial são os bancos. Os bancos

cedem os créditos com base em juros, através do Ministério das Finanças e O Banco Nacional (BNA), ou seja, a única entidade monetária que tem capacidade de estabelecer juros no âmbito do edital sobre a economia flutuante é o BNA.

A prática é errada?

É ilegal, na medida em que os cidadãos envolvidos nesta prática não estão obrigados a devolver os valores com juros. O cidadão deve devolver o dinheiro que terá emprestado, mas não com juro, na medida em que a única entidade que estabelece juros é o BNA, através do seu edital da flutuante que faz sair a público.

Como se resolvem os conflitos?

Se houver conflitos entre as partes celebradas, a parte lesada deve intentar uma acção cível.

Como olha para o facto de serem, sobretudo, agentes das forças de Defesa e Segurança a recorrer a esta prática?

É uma prática reiterada na nossa sociedade. As pessoas não se contentam com o pouco que ganham e vão fazendo os chamados créditos ilegais, para que possam acudir alguma necessidade da sua vida. Mas, o certo é que estes juros são ilegais e as pessoas não são obrigadas a pagá-los, não obstante no momento da celebração deste negócio, que considero ilegal, terem declarado de forma verbal ou por via dum documento que vão fazer pagamento com juro. Eles não são obrigados a fazer isso. O indivíduo que cedeu o dinheiro, se vir lesada a sua expectativa jurídica, pode intentar uma acção cível, para que, no âmbito da decisão do tribunal, possa ser estabelecido o pagamento de tal juro.

·Se eles (credores e devedores) assinarem um termo de dívida e o reconhecerem no notário, a prática estaria a ser legal?

Exactamente.

Mas acabou de dizer que a única instituição é o BNA?

No âmbito da boa-fé, os contratos têm as leis das partes. Se as partes fizerem um contrato, e este contrato for reconhecido por uma entidade pública, [a cobrança do juro fica legalizada não quiser pagar o juro acordado nos termos do contracto celebrado com o reconhecimento dum entidade pública, pode intentar uma acção com base nesses documentos com o título executivo, para fazer ao seu património. Celebrar, entregar dinheiro com um documento particular, isto é, qualquer indivíduo que recebe dinheiro sem ser reconhecido por um serviço notarial

do Ministério da Justiça não tem obrigação de pagar juro.

Porquê?

Porque, por um lado, o negócio não tem força vinculativa, não obedeceu a termos legais; por outro lado, a única entidade que devia estabelecer juros não o estabeleceu, que é o BNA.

O que recomenda como jurista?

O nosso conselho é que, no âmbito do que se pode acordar com o reconhecimento notarial, o juro nunca pode passar os 10%. O juro legal é 10% do valor recebido. Nunca' pode ser mais do que aquilo que eles cobram. Imagine que tu recibes 300 mil kwanzas e depois tens de pagar na altura de ressarcimento 400, 500 mil kwanzas, isto é absurdo, isto é um roubo, porque as entidades com competência para estabelecer regras descrevem que as taxas de juros, mesmo nos bancos comerciais, são de 5 a 10%. Mais do que isso não é possível.

Que apelo deixa aos praticantes destes actos, sejam devedores ou credores?

O apelo que deixo é que as pessoas que cedem este dinheiro correm, de facto, muitos riscos, não o devem fazer. Se o fazem, quando cederem determinado crédito, as partes devem, de facto, assinar uma declaração de dívida, que deve ser reconhecida por um notário, para ter força vinculativa. Se tiver força vinculativa, quando for indagar o devedor para o pagamento de determinado valor e este não o fizer, o credor tem um título executivo para mover uma acção judicial.

## 2.4 Recapitalizar três fundo vai custar 100 mil milhões de kz

*Jornal Expansão*  
19 De Novembro de 2021

Em 2022, o Governo pretende recapitalizar três fundos públicos, nomeadamente o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola (FADA), Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) com 100 mil milhões kz (cerca de 167 milhões VSD) para aumentar o financiamento à economia em ano de eleições gerais.

O objectivo, segundo o relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGÉ) 2022, é "reforçar e acelerar o acesso das empresas aos recursos do sistema bancário nacional" para apoiar as Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

através do FGC, impulsionar empreendedores com "financiamentos a prazo" por via do FACRA e intensificar "os apoios à actividade agrícola no País" com ajuda do FADA.

A estratégia é explicada no Capítulo V do referido documento, onde o Governo aborda a gestão macroeconómica para o próximo ano e as medidas previstas para impulsionar o crescimento económico. No entanto, os receios sobre a falta de transparência e a ausência de monitorização independente das actividades dos fundos públicos nenhum divulga publicamente o seu relatório e contas, por exemplo - são elevados e resultam do desconhecimento sobre as fontes de financiamento, os objectivos que norteiam a sua actividade e o impacto real na economia angolana.

Também a proximidade das eleições gerais levanta comparações com iniciativas passadas que resultaram em fracassos económicos e no desenvolvimento de práticas de clientelismo político, como foram os casos do Angola Investe e do Balcão Único do Empreendedor (CEVE), implementados na antecâmara das eleições gerais de 2012.

Na Conta Geral do Estado 2020, o Ministério das Finanças explica que o FACRA "gerou recursos na ordem dos 140 milhões, provenientes de obrigações no valor de 112 milhões de kwanzas, depositados a prazo no valor de 28 mil milhões de kz e outros. O FACRA também realizou despesas diversas relativas a custos com o pessoal e outros custos e perdas operacionais no valor de 357 milhões kz, resultado num saldo final acumulado de 2,1 mil milhões kz. Recentemente, em Outubro, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, anunciou que o FACRA tem mais de 3 mil milhões Kz "para financiar projectos do sector produtivo".

Os segmentos envolvidos são o gado bovino, suíno, caprino e bovino, aves e coelhos, culturas comuns (milho, massango e massambala), culturas de rendimento (feijão, mandioca, banana, citrinos e abacate), indústria transformadora (pequenas unidades de moagem de cereais, descasque de arroz e processamento de mandioca), distribuição e comércio (entrepostos comerciais e minimercados). Também são elegíveis as iniciativas de serviços de entregas rápidas e serviços digitais.

FADA concedeu apenas um crédito em 2020

O FADA é um veículo público de financiamento do sector agrário que faz parte do Sistema financeiro nacional e a sua missão exclusiva é "fazer as finanças agrícolas funcionarem para os agricultores", define a Conta Geral do Estado,

Em 2020 o FADA teve proveitos no montante de 3,7 de mil milhões kz com a origem em transferências da Administração Geral Tributária referentes a 10% da receita, facturação a clientes e recebimentos adicionais provenientes dos contratos com as brigadas de mecanização agrícola.

"Este valor serviu para honrar compromissos com fornecedores e salários, impostos e reparações no valor de 590 milhões kz, resultando num saldo final acumulado de kz 2,9 mil milhões", refere a Conta Geral do Estado 2020.

No ano passado, o fundo agro-pecuário "deu início à actividade creditícia" com a aprovação de um único financiamento às Cooperativas Agro-pecuária Industrial dos Produtores de Aldeamentos da Cella (COIPIPA), na província do Cuanza Sul. -2022. Também concedeu 700 milhões kz (até ao fim do mês de Outubro) a cooperativas em diversas províncias e continuou a implementar o programa de distribuição de tractores.

No que diz respeito ao FGC, a Conta Geral do Estado 2020 indica que apresentou receitas no valor de 11,3 mil milhões kz provenientes de rendimentos do património próprio, nomeadamente, juros sobre Bilhetes do Tesouro e de depósitos bancários, comissões de garantias e rendas de Imóveis. Este fluxo permitiu honrar compromissos na ordem dos 6,5 mil milhões kz em salários, despesas diversas "para o bom funcionamento da instituição" e "valorização do capital humano".

No exercício económico de 2020, o FGC emitiu 25 garantias, todas afectas à linha de Garantias de Apoio à Produção (GAP), onde estão incorporados tanto o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) quanto ao Aviso 10/20 do Banco Nacional de Angola

No final do período em análise, o FGC acumulou 499 garantias que atingiram 33,3 mil milhões kz. O FCG finalizou o período com um saldo acumulado de 28,9 mil milhões kz, segundo a Conta Geral do Estado



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Contrabando de combustível pode ter os dias contados

*Economia e Finanças*

*5 De Novembro de 2021*

Contrabando de combustível nas fronteiras terrestres nacionais, sobretudo nas províncias de Cabinda, Zaire, Moxico e Lunda Norte tem preocupado, nos últimos tempos, as autoridades angolanas, devido o efeito devastador que o fenómeno tem provocado na economia.

Milhares de litros de combustível são semanalmente apreendidos nas fronteiras terrestres (com destino à República Democrática do Congo RDC), provocando uma certa 'escassez no mercado e a fuga de capital dos cofres do Estado.

Apesar de estar já aprovado projecto de Lei que regula a exportação de produtos derivados do petróleo para mitigar o contrabando de combustíveis as fronteiras do país, o fenómeno continua imparável.

Em função disso, o Governo está a reforçar as medidas administrativas e de controlo policial nas fronteiras, para travar

O contrabando de combustível que põe em causa a sustentabilidade da distribuição.

O diploma, aplica uma taxa de direito aduaneiro de 135 por cento, uma sobretaxa de risco de 95 e uma taxa de serviço de 0,5 contidas nas propostas, plasmadas na referida lei, para salvaguardar os interesses nacionais, considerando a subvenção do preço dos combustíveis.

A iniciativa legislativa, discutida e aprovada pela Assembleia Nacional, propõe a tributação da exportação da gasolina, gasóleo e petróleo iluminante com a aplicação das referidas taxas ao preço de venda ao público.

Segundo José Alexandre Barroso, secretário de Estado dos Petróleos, quando apresentava a proposta de Lei aos deputados, a aplicação de uma taxa aduaneira de exportação no total de 230,5 por cento aproximando o custo de exportação, a partir de Angola, ao preço praticado nos países vizinhos, combinada com o reforço de medidas administrativas a serem implementadas pelo Instituto Regulador de Derivados de Petróleo e de reforço de controlo

policial das fronteiras "podem desencorajar a prática de exportação ilegal de combustível angolano".

José Barroso recordou que a Sonangol importa cerca de 80 por cento dos combustíveis consumidos no mercado nacional, admitindo que a "exportação ilegal do combustível ou o seu contrabando apresenta um grande perigo para a sustentabilidade da distribuição deste produto no mercado nacional "também, numa forma geral para a economia nacional, este contrabando é potenciado pela grande diferença de preços de produtos derivados do petróleo praticados no país quando comparado com os outros países da nossa região", apontou.

Os preços praticados no país, um litro de gasolina a 160 kwanzas e o de gasóleo a 135 kwanzas, "estimulam" igualmente o contrabando a nível das zonas fronteiriças, no entender de José Barroso.

"Enquanto nos países limítrofes esse preço varia de 450 kwanzas (0,5 euros) a mais de 800 kwanzas (1 euro) por litro, é esta diferença de preços que realmente tem incentivado o contrabando de combustíveis do nosso para os países limítrofes", disse. O Executivo "recomenda a tributação aduaneira para os combustíveis destinados à exportação para desincentivar a sua exportação ilegal, exceptuando o combustível transportado no âmbito do comércio transfronteiriço, cuja regulamentação está em diploma próprio e é defendido por convénios e acordos internacionais", assinalou ainda o secretário de Estado.

José Barroso disse ainda que a inclusão dessas taxas visa também cobrir os custos que o país tem com a importação de combustíveis.

"O processo é legal, razão pela qual AGT e outras entidades que fazem a fiscalização dos produtos que são transportados do nosso país para outros, via fronteira terrestre, farão a vigilância desse processo de exportação", disse

### 3.2 Praticantes admitem ilegalidade, mas justificam-se com a fome

*Novo Jornal*

*5 De Novembro de 2021*

*Texto: Jorge Batalha*

Da ronda efectuada pela nossa equipa de reportagem, foi possível aferir que os credores e os devedores têm conhecimento da ilegalidade da prática. Porém, para muitos deles, tratando-se de uma forma de resolver problemas quando se sentem incapacitados, não há

sequer tempo para se ponderar questões relacionadas com a lei.

Ao Novo Jornal, houve quem se dispusesse a contar os benefícios do recurso à denominada prática de "juros", desde que não se lhe fosse revelada a identidade.

Pôr exemplo, Cristina Eduarda, nome fictício, teve de solicitar o serviço de crédito para socorrer a filha que estava hospitalizada, com carência de sangue. Cristina recebeu do credor cerca de 40 mil kwanzas, ficando com o compromisso de devolver 60 mil.

"Ver a minha filha com vida era o meu maior desejo. Estava aflita", recorda Cristina Eduarda, que lamenta, por outro lado, o facto de o tratamento não ter surtido os efeitos desejados, visto que a menina, de 14 anos, viria a falecer dois depois de a mãe ter conseguido os valores por empréstimo.

Já Gregório Matias, nome fictício, relata ao NJ que o recurso à prática de «juros» o salvou de uma anunciada situação de despejo. A renda da casa já havia terminado, e o senhorio tinha-o advertido por várias vezes.

Pressionado, Gregório Matias não pensou duas vezes: pediu emprestado 90 mil kwanzas, comprometendo-se em devolver 135 mil no mês seguinte. Se passassem dois meses, teria pago 180 mil.

### 3.3 A zungueira adolescente e o lotador

*Jornal de Angola*

*14 De Novembro de 2021*

*Texto: Edna Cauxeiro*

"Moça, bom dia, chama só aquela mamã que está ali. Lhe diz só que o motorista desse carro quer falar com ela".

O pedido veio de um cobrador que, logo em seguida, continuou a chamar por passageiros cujo destino era o bairro Benfica.

A mamã, uma senhora de aparentes sessenta e poucos anos, aproximou-se com um olhar desconfiado. Mas ao reconhecer o sobrinho um sorriso enfeitou-lhe o rosto

"Eh, meu filho, estás bom?" O motorista, também sorridente, respondeu afirmativamente.

"Agora és taxista? Em casa estão todos bem?", Perguntou a senhora. Ao que aquele respondeu: "sim, mãe, estamos bem. Já faço táxi há quase um ano".

A conversa continuou: "nunca mais te vi, meu filho. Dá ainda 'mili' na mãe", pediu.

O motorista orientou o cobrador a dar 500 Kwanzas à sua tia, a quem justificou: "só são ainda oito horas, mãe. Ainda não trabalhei. Manda cumprimentos lá em casa".

A senhora agradece, sempre sorridente. "Serão presentes, meu filho. Anda bem".

Nessa altura, já o carro está lotado. O motorista despede-se da irmã da sua mãe, tal como explica ao cobrador, e ruma ao Benfica. "É uma kota bué fixe. Um gajo não aparece sempre, mas é importante dar um alô se lhe encontrar na rua. Para lhe meter consciente", disse. O cobrador responde com um "yá", em sinal de concordância.

A viagem segue tranquila. Na paragem do Benfica, enquanto alguns utentes aguardam por táxis com destino, entre outros, ao Morro da Luz ou, com muita sorte, ao Zamba II ou à Mutamba, os gestos de um lotador chamam atenção. Embriagado, com um cigarro aceso na mão direita, o jovem de uns vinte e poucos anos diz palavras obscenas (entenda-se sexo) na orelha de uma adolescente zungueira. Esta sorri, demonstrando ter gostado de ouvir o que o lotador prometeu fazer-lhe, caso aceitasse acompanhá-lo até uma obra ao lado da paragem.

É visível a intimidade entre os dois. Facilmente se conclui que ambos se conhecem de outros carnavais. "Vamos só, vou te dar quinhentos Kwanzas", diz ele na orelha dela. Mas quem está ao lado consegue ouvir porque um bêbado dificilmente fala em tom baixo. A adolescente exige o dobro da quantia proposta, mas o lotador explica carinhosamente que não tem. É cedo, ainda não trabalhou o suficiente. "Vamos só, filha, vais gostar", promete.

Ela cede e, tal como o combinado, segue disfarçadamente à obra, com os saquinhos de paracuca numa tampa de ventoinha, colocada na cabeça.

Mal a adolescente entra na obra, o lotador sorri. Termina, rapidamente, o cigarro e corre até ao local do "encontro amoroso", em busca do prazer prometido. "Morro da Luz, 150, Zamba II é 200", anuncia outro lotador. "Vai, madrinha?". A madrinha acena afirmativamente e entra depressa para o carro, antes de uma multidão de passageiros que luta para ocupar lugar na viatura. Quem tinha ténis branco preferiu não se misturar na confusão, para preservar os calçados limpos

Com o carro lotado a mais de cem por cento, a viagem segue, rumo à cidade. Um passageiro que ia

atrasado para o emprego preferiu sentar-se no espaço que restava na ponta de um dos bancos. Apenas uma nádega teve lugar no assento. Só ao longo do caminho, depois que uma passageira desceu do táxi, foi possível o mesmo acomodar-se mais confortavelmente

Até ao momento da partida, nem a pequena zungueira nem o jovem lotador haviam deixado o local do encontro amoroso. E, lá fora, na paragem, a vida seguia. Todos buscavam o seu ganha-pão. Inclusive a zungueira adolescente ali pertinho, dentro da obra inacabada.

### 3.4 A Emissão do cartão é da competência das administrações municipais e comunas

*Jornal Luanda*

*15 De Novembro de 2021*

O REGULAMENTO sobre Organização, Exercício e Funcionamento da Actividade Comercial a Retalho indica que "compete às administrações municipais e comunais a concessão de Cartão de Vendedor Ambulante para o exercício do Comércio a Retalho e em área de jurisdição devidamente demarcada. Identificada e autorizada".

Aquele regulamento também estabelece que "quem exerce o comércio ambulante deverá exibir de forma facilmente visível para o público o Cartão de Vendedor Ambulante assim como um endereço para o qual se remetem reclamações".

O utente de Cartão de Vendedor Ambulante devem apenas exercer a actividade no distrito ou município onde está registado.

Numa ronda pelas principais ruas e avenidas da capital angolana foi "uma missão Impossível" encontrar sequer um vendedor pleno exercício da actividade a utilizar ou em posse desse documento. Muitos vendedores ambulantes desconhecem a existência e obrigatoriedade do Cartão de Ambulante.

De acordo com o regulamento, o pedido de concessão do Cartão é feito através de um requerimento dirigido às administrações municipais e comunais, que deverão deferir ou indeferir no prazo máximo de 30 dias, contados da data da entrega do pedido. O documento é pessoal e intransmissível sendo válido por um ano a contar da data da emissão ou renovação.

### 3.5 DIREITOS E DEVERES

*Jornal Luanda*

*15 De Novembro de 2021*

O DIPLOMA legal prevê direitos e deveres dos vendedores ambulantes e as condições necessárias para o exercício da actividade na capital. O artigo 7 do Regulamento estabelece que "os vendedores ambulantes devem ser tratados com respeito dignidade e ponderação no trato com outros comerciantes". Também têm "o direito de utilizarem de forma mais conveniente os locais autorizados dentro dos limites impostos por lei". O artigo 8 prevê os principais deveres dos vendedores ambulantes. Nomeadamente "manter os locais de venda e todos os utensílios utilizados em perfeito estado de conservação e limpeza e apresentarem-se convenientemente limpos e vestido de modo adequado". O Regulamento sobre Organização, Exercício e Funcionamento da Actividade Comercial a Retalho obrigam ao vendedor ambulante a tratar com respeito os agentes municipais e demais autoridades com competência atribuídas por lei.

### 3.6 Mais de 30 vendedores ambulantes, morreram vítimas de atropelamento e por electrocussão

*Jornal Luanda*

*15 De Novembro de 2021*

*Texto: Cristina Silva*

Mais de 30 vendedores ambulantes morreram vítimas de atropelamento, quando tentavam fugir dos agentes do Serviço de Fiscalização e da Polícia Nacional, e por electrocussão, revelou o presidente da Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes (ANVA).

Falando ao Jornal Metropolitano de Luanda sobre o uso do Cartão de Vendedor Ambulante no exercício da actividade, Amilton Salazar explicou que as mortes ocorreram entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, sendo que a maior parte dos óbitos foram reportados em Luanda.

"Este ano, em Luanda, já morreram 18 vendedores ambulantes. Não são apenas números, são vidas humanas que se perdem quase todos os dias", lamentou.

Relativamente ao documento, o presidente da ANV lamenta o facto do mesmo "não legitimar a venda nas ruas", na medida em que os agentes do Serviço de Fiscalização e da Polícia Nacional desconhecem a existência de um Regulamento que aprova a venda ambulante.

"Infelizmente, temos muitos membros que possuem o Cartão de Vendedor Ambulante que quando são autuados pela Polícia ou fiscalização têm tido o mesmo tratamento que outros indivíduos sem qualquer identificação. Isso inibe a adesão ao cartão", lamentou.

Por outro lado, Milton Salazar admite que muitos vendedores não possuem o Cartão, porque boa parte deles não tem um registo de nascimento. "Os vendedores ambulantes são jovens e mulheres vindos do interior, províncias que viveram um longo período de conflito armado. Muitos deles nem mesmo registo de baptismo possuem e para tratar o cartão devem ter pelo menos um assento do nascimento u Bilhete de Identidade " Justificou. O Presidente da ANVA garantiu que têm envidado esforços para que filiados obtenham o registo de nascimento e o Bilhete de Identidade, mas sem efeitos. "Já tentamos junto do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e até mesmo das administrações municipais para resolver essa situação, mas sem êxitos", disse.

Criada em 2014, a ANV A exerce funções oficiais há dois anos e conta com sete mil associados, sendo 4.800 em Luanda. Deste número, 78 por cento são mulheres.

#### UM CARTÃO DESCONHECIDOS

Sem cartão de vendedor ambulante e, muitas vezes, com produtos proibidos de serem comercializados na rua, Samuel Galala e Clementina José "rasgam" as ruas de Luanda em busca de sustento para as respectivas famílias.

Sem outras fontes de rendimento, todos os dias, resistem a " perseguições sem tréguas dos agentes e da Polícia Nacional, porque, dizem " a sobrevivência está em primeiro lugar Vendedor ambulante na Baixa de Luanda, Galala já foi autuado várias vezes pelos agentes do Serviço de Fiscalização por falta do Cartão,

Tal como Samuel Galala, Clementina José também nunca ouviu falar em Cartão de Vendedor Ambulante. "Não sei, nunca ouvi falar e nem sei onde se trata esse cartão", afirma a vendedora de trajes africanos, que espera agora obter a identificação que lhe permite circular livremente.

Os primeiros 70 cartões foram entregues, de forma simbólica, há 13 de Novembro de 2018, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).

Preocupada em exercer a venda ambulante legalmente, Maria Pedro fez a entrega de fotografias tipo passe e pagou 500 kwanzas a supostos agentes da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para a obtenção do Cartão. Passados dois anos, o documento nunca lhe chegou às mãos

"Os senhores estiveram cá e disseram que tínhamos de tratar o cartão de Vendedor Ambulante. Pagamos 500kz entregamos fotografias, com promessas de voltarem para fazer a entrega dos cartões, mas até hoje nada", lamentou.

Ela deseja tanto ter o Cartão, mas alega desconhecer onde se dirigir para obtê-lo, por isso apela às autoridades a divulgar cada vez mais o documento e os locais onde pode ser tratado. "Quero muito ter o Cartão, para evitar problemas com a fiscalização e a Polícia", disse.

À semelhança de outros vendedores ambulantes, Maria Pedro também já viu ser apreendida a caixa de frutas por agentes da Polícia Nacional. Apesar disso, ela não desiste da luta pelo sustento da família. "Não posso parar" garante Maria Pedro, que há mais de cinco anos vende pelas ruas da capital angolana

### 3.7 "Mercadão" mostra riqueza de Benguela

*Jornal Economia e Finanças*  
*19 De Novembro de 2021*

Produtos agro-pecuários e pesqueiros da província de Benguela estiveram expostos, no Estádio de Ombaka, em Benguela, numa iniciativa do projecto "Mercadão".

Os feirantes venderam várias toneladas de hortaliças, frutas, tubérculos, ovos, galinhas, peixe (diverso) entre outros produtos, a preços baixos em comparação aos praticados no mercado informal. Durante o evento, que decorreu para saudar o 11 de Novembro, realizou-se o leilão de gado.

Mais investimentos

Na ocasião, o governador da província, Luís Nunes, incentivou os produtores locais a apostarem cada vez mais no sector produtivo, apesar das várias dificuldades que o mercado apresenta, com realce para o escoamento da produção.

Segundo avançou, é necessário que se aproveitem as oportunidades que a agricultura e a pecuária têm, para "que surja uma nova classe de micro, pequenos e médios produtores".

Para o agricultor Justino Kalupeteca, num contexto de crise económica, onde o desemprego aumenta, há necessidade de se procurar investimentos, de forma a se gerar riqueza. O agricultor é de opinião que se agilizem programas específicos para o desenvolvimento rural.

### 3.8 Investimento de 2 milhões de dólares constrói 88 tanques.

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Novembro de 2021

Do processo de desova aos alevinos de tilápia. Na fazenda King Solomon Group, no município do Dande, província do Bengo, estão a ser investidos cerca de cinco milhões de dólares norte-americanos, numa área de 20 hectares, para garantir uma produção mensal de pelo menos 100 mil toneladas de cacusso ou chopa.

Na primeira fase do projecto, a King Solomon Group beneficiou, do Banco Keve, um empréstimo financeiro no valor de dois milhões de dólares, que já foram investidos na construção de 88 tanques, sendo 34 de alevinos, 48 de engorda e seis de reprodução do peixe.

Para a segunda fase, o projecto vai beneficiar, nos próximos dias, de mais três milhões de dólares, a serem financiados pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), para triplicar o número de tanques. Isso significa que a fazenda King Solomon Group terá um total de 264 tanques, dos quais 102 de alevinos, 144 de engorda e 18 para a reprodução.

Nesta altura, no laboratório da fazenda já estão a ser produzidos mais de um milhão de alevinos por mês. Em pelo menos dez tanques foram instaladas entre uma e duas "apas", que acomodam um total de 20 mil larvas cada.

No laboratório, também estão a ser realizadas acções de mutação genética do peixe, através de uma alimentação especial constituída à base de álcool etílico e hormonas, que transformam os alevinos masculinos em femininos. "Faço troca de sexos, porque as fêmeas levam algum tempo para se desenvolverem", revelou o PCA da King Solomon Group, Shlomo Sharabi.

Ao J€, o empresário de nacionalidade israelita avançou que a produção (mensal) de um milhão de

alevinos constitui a principal prioridade do projecto iniciado há um ano, na província do Bengo, para representar um terço das necessidades reais do país, quer para o consumo interno, quer para vendas nos mercados da província e de Luanda, além de outras localidades.

"Quero que o Bengo seja a província nº 1 na produção de tilápia, em Angola. O país precisa, no mínimo, de 10 milhões de alevinos por mês, para responder à procura", disse Shlomo Sharabi, antes de garantir que tudo está a ser feito para que o peixe (cacusso ou chopa) comece a ser comercializado a partir deste mês de Novembro. "Inicialmente, vamos produzir de 25 a 30 mil toneladas por mês", avançou. JB

### 3.9 Reconversão da economia vai aumentar a base tributária

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Novembro de 2021

Programa de Economia Informal (PREI) serve de elemento catalisador para o aumento da base tributária e de operadores à economia formal no país, esclareceu, terça-feira, em Luanda, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior,

Segundo o governante, com esse programa o Executivo vê a possibilidade de intensificar: os mecanismos para a formalização da economia, acolhendo os que se encontram no mercado informal, e providenciá-los automaticamente uma identidade fiscal e a possibilidade de constituição de pequenas e micro empresas. '

O ministro de Estado para Coordenação Económica fez esse esclarecimento quando procedia, no mercado do KM 30, município de Viana, em Luanda, ao lançamento formal do referido Programa de Reconversão da Economia Informal.

Na ocasião, Manuel Nunes Júnior disse ainda que o PREI traz consigo inúmeras vantagens, além de ser estratégico do ponto de vista da formalização da actividade económica no país, pelo que os que aderirem terão vários benefícios, desde a emissão do Bilhete de Identidade ao acesso a micro crédito.

"Um outro ganho para quem formaliza o seu negócio por essa via, é a faculdade de poder dispor do seguro de saúde e segurança social, dentre outras facilidades como a criação de empresa num único espaço durante a campanha do PREI que hoje deu arranque aqui no mercado KM 30", referiu.

Um comerciante que hoje trabalha arduamente, comparou vai chegar um dia da sua vida que já não terá as forças para continuar e, neste momento a segurança social poderá ser a sua fonte de rendimento, daí a importância do programa que visa essencialmente proteger os vendedores.

O ministro de Estado para Coordenação Económica salientou que O Programa de Reconversão da Economia Informal é ainda crucial, tendo em vista a facilidade na obtenção do crédito, permitindo o vendedor que formalizou a sua actividade alavancar o seu negócio mesmo sem dinheiro próprio.

Lembrou que o PREI conta com 14 milhões de Euros para suporte de concessão de crédito aos que formalizarem as actividades e necessitarem desse apoio.

"Este valor é um financiamento da União Europeia, ao programa, porquanto, na medida que as solicitações irem aumento, haverá certamente acréscimo por parte do Executivo angolano ao montante disponível ao crédito, que será concedido através dos bancos comerciais" precisou o ministro.

Por sua vez, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, presente no acto, salientou que o "Mercado do 30" serve de piloto para essas jornadas de campo da formalização da economia e criar novas sinergias, atraindo os operadores no mercado informal para o formal.

A propósito, o titular da pasta da Economia e Planeamento apelou os vendedores dessa praça a aderirem à campanha do Programa de Reconversão da Economia Informal, por ser uma oportunidade única para dar outra" dinâmica aos negócios.

No decurso do acto, o ministro de Estado para Coordenação Económico, Manuel Nunes Júnior, fez a entrega do primeiro Cartão do Agente Económico Formalizado, à comerciante Albertina Vaz, que se mostrou comovida e ao programa, porquanto, na medida que as solicitações irem aumento, haverá certamente acréscimo por parte do Executivo angolano ao montante disponível ao crédito, que será concedido através dos bancos e encorajou outros comerciantes a fazerem o mesmo, tendo em vista os inúmeros benefícios.

A campanha formal desse programa terá duração de nove meses em todo o país, sendo que depois do "Mercado do 30" os brigadistas e a equipa intersectorial vão se deslocar ao mercado do Luanda Sul para o mesmo efeito.

Essa equipa é composta pela Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, Administração

Municipal, Administração Geral Tributária (AGT), Guiché Único da Empresa (GUE), Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e as sociedades de micro-crédito.

Com o seu cadastramento e a formalização do próprio negócio, o operador económico em causa tem acesso a segurança social, a capacitação quer seja pelo INA- PEM, quer seja pelo INEFOP, assim como tem acesso mais facilitado ao micro-crédito.

O processo de formalização da actividade económica informal é totalmente gratuito, culminando com a emissão do cartão de bancada ou de vendedor ambulante. E, desta forma, poderão constituir sociedades comerciais, seja em nome individual ou por quotas.

Durante o mês de Dezembro, o processo deverá estar concluído em todos os principais mercados de Luanda, numa campanha extensiva às demais 17 províncias a partir de Janeiro próximo. Os primeiros mil formalizados vão ter direito a um telemóvel com o sistema de pagamentos móveis que permite receber, enviar e reservar dinheiro.

### 3.10 Peixe ambulante do mar e do rio Zaire sustenta família

*Jornal Expansão*

*26 De Novembro de 2021*

*Texto: Victor Mayala*

Muitas mulheres, curiosamente na sua maioria solteiras, na cidade do Soyo, província do Zaire, encontraram no rio negócio de venda de peixe e de outros mariscos, a fonte de rendimento para o seu sustento e dos 'lhos. O mar e o rio Zaire, que circundam a região, são ricos em diversidade de espécies, fazendo com que a actividade pesqueira tenha uma expressividade bastante acentuada no contexto nacional.

Ana Beatriz, 46 anos de idade, é uma destas "peixeiras", que, diariamente, de manhã cedo dirige-se à rua da Maradeira, junto a um dos braços do imponente rio Zaire, local onde compra peixe e outro tipo de mariscos aos pescadores artesanais, que, depois, revende aos seus clientes, muitos dos quais provenientes de outros pontos do .País, com destaque de Luanda.

Em conversa com o Jornal de Economia e Finanças, Ana Beatriz contou que vende peixe e outros

mariscos, como gambas, lagostas e caranguejos, desde o ano de 2001, cujos parcos rendimentos que advêm do negócio ajudam-na no sustento dos seus cinco filhos e na resolução de problemas do quotidiano.

Tagarela e dona de um olhar profundo, a "peixeira" revelou que consente enormes sacrifícios para sustentar os cinco filhos e pagar a renda de casa, uma vez que o negócio deixou de ser rentável, pelo facto de os pescadores terem subido os preços, desde o surgimento da pandemia da Covid-19,

"Compramos o peixe muito caro nas mãos dos pescadores. Por exemplo, estamos a comprar um quilograma de peixe corvina a 1600 kwanzas, para revender a 1.800. Ganhamos apenas 200 kwanzas. Estes lucros são muito poucos", lamentou Ana Beatriz, para quem, ser mãe e pai ao mesmo tempo é bastante difícil.

Questionada se tem recebido alguma assistência alimentar ou de outra índole, por parte do progenitor dos filhos, a mulher franziu o rosto e remeteu-se num silêncio sepulcral.

#### Persistência

Josefina Filipe David, 43 anos de idade, com quem o JE teve, igualmente, um dedo de conversa na rua da Maradeira, referiu que, apesar de poucos lucros, não pensa desistir, já que o negócio constitui, de momento, a sua única fonte de rendimento para o sustento dos quatro filhos.

Josefina Filipe David tem marido, mas encontra-se, actualmente, desempregada, estando, por este facto, a "arcar" sozinha com todas as despesas familiares. De estatura média, a interlocutora disse que está no negócio desde 1994 e sente-se orgulhosa, porque do pouco que ganha consegue, também, pagar as despesas escolares de três, dos seus quatro filhos, enquanto suplica a Deus que o seu parceiro possa encontrar um emprego nos próximos tempos.

"Tenho fé que ele vai encontrar um emprego nos próximos tempos. Quando isso acontecer estarei aliviada, porque passaremos a repartir as contas", disse. Durante a Conversa, as senhoras manifestaram a sua insatisfação pelo facto de, até ao momento, não existir na região um mercado, exclusivamente, destinado à venda de peixe e outros frutos do mar.

A nossa reportagem constatou que as "peixeiras" arrendam anexos num quintal situado junto à rua da Maradeira, onde conservam o pescado em arcas. Cada uma delas paga três mil e 500 kwanzas, por mês, valores que consideram exorbitantes, tendo em conta os ínfimos rendimentos actuais.

As senhoras consideram local desfavorável, por ser fechado, factor que, como disseram, impede a visibilidade do negócio aos possíveis clientes. Por isso, apelaram às autoridades locais, no sentido de disponibilizarem um espaço aberto e, preferencialmente, com acesso a água, tendo em conta a especificidade da actividade que requer uma higienização constante.

"Precisamos de um lugar bom e aberto para vender o peixe. Aqui neste quintal o negócio não é visível aos clientes e ficamos muitos dias com peixe nas arcas sem vender", referiu uma das peixeiras que não quis identificar-se, lembrando que esta necessidade já tem sido apresentada à administração local, mas até a presente data não se vislumbram quaisquer sinais sobre o assunto.

### 3.1.1 PREI emperra na falta de BI e nas quebras de sistema

*Jornal Expansão*

*26 De Novembro de 2021*

*Texto: Carlos Ferreira*

No primeiro dia do Programa de Reconversão da Economia Informal (PRED), 16 de Novembro, eram mais os que queriam tratar de documentos de identificação civil do que registar o seu negócio. Na segunda semana da fase piloto do programa de formalização da economia informal, que decorreu no mercado do 30, a situação manteve – se A principal motivação dos que acorreram ao local era obter ou renovar o bilhete de identidade, elemento essencial para registar o negócio, como constatou o Expansão. Problemas no sistema deixaram dezenas de pessoas sem resposta ao quarto dia do programa. O objectivo da operação que fez deslocar uma equipa multisectorial para o mercado do 30 é a legalização e a formalização dos negócios, tentando assim, “resgatar 65% do desperdício da receita fiscal” que não entra nos cofres do Estado, estimada em “40 mil milhões USD”, segundo o coordenador técnico do PREI, Celso Borja. No terreno estavam técnicos de oito serviços, dispersas por oito balcões: Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, Administração Municipal de Viana, Administra Geral Tributária (AGT), Guiché Único de Empresas (GUE), Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (Inefop), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapern), Instituto Nacional de Segurança Social, além de sociedades de microcrédito.

No primeiro dia do programa, a maioria das pessoas desconhecia o propósito da aglomeração anormal de pessoas no Mercado do 30 e muitos foram com o

intuito de regularizar a situação civil. Uma semana depois, já mais pessoas conheciam o PREI, embora ainda houvesse quem se deslocasse para tratar o bilhete de identidade (BI). Desesperados, ao sol, uns e outros esperavam debaixo do alpendre, em filas ou sentados nas cadeiras e no chão. Todos aguardavam a sua vez um a um lá iam sendo levados para um balcão consoante o propósito que tinham

#### Espera incerta

Terça-feira, dia 23, na segunda ida do Expansão ao Mercado do 30, as filas avançavam falta de sistema manteve pessoas numa espera incerta Apenas os balcões do registo civil e do bilhete de identidade funcionavam. A dinâmica do atendimento contrastava com a demanda. Uma mesa e um computador para atender o de bilhete de identidade mesa com quatro agentes para proceder ao registo civil Os outros balcões estavam off”, segundo informação que circulava no local, por falta de sistema.

O Expansão procurou saber a razão da paragem, mas os brigadistas disseram que, na ausência do coordenador técnico os do PREI não estavam autorizados a prestar informações.

No dia de lançamento do programa, surpreso pela corrida aos serviços de registo civil, Celso Borja explicou que o PREI irá “ facilitar a inclusão financeira dos vendedores”. Mas, para aderirem, as pessoas “ têm de possuir bilhete de identidade e muitos não têm por isso havia “muita gente no local motivada pela obtenção

Tal como na primeira, também na segunda semana eram mais os que queriam regularizar a sua situação civil do que registar o negócio, propósito do PREI, programa para o qual o Presidente da República aprovou, pelo decreto presidencial n.º 262/21 de 4 de Novembro, um crédito adicional suplementar no de 10,3 mil milhões kz. “Procuro ser atendida desde sexta-feira. O atendimento está lento, dizem que a AGT está sem sistema. Cheguei às 08h00 e ainda não fui atendida”, desabafou Maria André, vendedora no 30. A mulher diz que o sistema está em baixo desde sexta-feira, prolongando a agonia de quem quer ser atendido.

#### À 'caça' de telemóveis

O sorriso captado, no primeiro dia, no rosto de muitas pessoas que tentavam legalizar o negócio para ganhar um telemóvel, desapareceu. Os primeiros 1.000 comerciantes que aderissem ao programa tinham direito a telemóveis, com o sistema de pagamentos móveis, que permite receber, enviar e

reservar dinheiro. Os que formalizarem o seu negócio saem também com o cartão de bancada ou de vendedor.

Uma das contempladas no primeiro dia foi Aida Pedro Zua. A vendedora apercebeu-se do PREI no dia de lançamento. A jovem conseguiu cadastrar-se, ao contrário do que aconteceu com muitas colegas suas. “Eu consegui fazer o cadastramento, porque tenho o bilhete de identidade. As minhas colegas não, porque não têm documento de identificação”, disse à reportagem.

Para a maioria das pessoas é “ilusório” pensar que é possível concretizar o objectivo de cadastrar “4.000 vendedores do Mercado do 30”, na fase-piloto, por haver uma redução considerável do efectivo no local.

“Com esta dinâmica lenta de atendimento não será possível cadastrar todos os que estão aqui e quando terminar a fase aqui, no Km 30, vamos recorrer aonde?” A pergunta foi atirada por António Kabingano, esposo de uma das vendedoras do mercado. Em cima de uma mesa, que concluía o percurso da formalização do negócio, eram visíveis várias caixas de telemóveis, evidenciando que ao sexto dia ainda não tinham chegado aos 1.000 vendedores formalizados, muito longe dos 4.000 estipulados como meta pelo director Nacional dos Registos Notariado de Angola,



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Um olhar aos desafios do OGE para 2021

*Jornal Economia e Finanças*  
5 De Novembro de 2021

Os desafios impostos pela 19 nesta fase e a perigosa divergência entre as perspectivas económicas dos países continuam a ser uma grande preocupação. Estima-se que o produto agregado do grupo de economias avançadas retome a sua tendência anterior à pandemia em 2022 e a supere em 0,9% em 2024. Em contrapartida, espera-se que, em 2024, o produto agregado do grupo de economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (excluída a China) permaneça 5,5% abaixo das projecções anteriores à pandemia, resultando em um retrocesso maior na melhoria de seu padrão de vida.

Em comparação com às previsões de Julho, a projecção de crescimento global para 2021 foi marginalmente reduzida para 5,9%. Para 2022, permanece inalterada em 4,9%.

O Executivo angolano apresentou a sua proposta do orçamento 2022 (OGE) com valores estimados em cerca de kz 18 745,3 mil milhões, representando Um aumento de 26,8% relativamente ao OGE 2021. O Sector Social absorverá 38,1% da despesa fiscal primária, correspondendo à 19,2% da despesa total e à um aumento de 28,2% face ao OGE 2021. Neste sector destaca-se a Educação, saúde, Habitação e Serviços Comunitários e a Protecção Social, com pesos de 13,2%, 9,8%, 7,5% e 6,9% na despesa fiscal primária.

Este orçamento o executivo apresenta algumas prioridades tais como:

Um orçamento que controla a pandemia para salvar vida e preservar a retoma do crescimento, acelerando a taxa de vacinação contra Covid-19 para 95% da população alvo;

Um orçamento que melhora os fundamentos fiscais para fortalecer a estabilidade Macroeconómica e a solidez da Dívida, através de um conjunto de medidas de políticas voltadas para reforçar a estabilidade do

Sistema Tributário, melhorar a qualidade da despesa pública e reformas fiscais estruturais;

Um orçamento que apoia a economia e defende os rendimentos o consumo das famílias para impulsionar o crescimento, através da adopção de medidas tributárias, de promoção do emprego, pacotes financeiros de reforço dos veículos públicos de financiamento à economia

As perspectivas e projecções apresentadas sobre a evolução da economia angolana para o ano 2022 estão, naturalmente, sujeitas à incertezas e riscos relativos a abrangência e duração da situação da crise pandémica da Covid - 19e do seu potencial disruptivo sobre a economia, apesar das respostas que vem sendo dadas pelo Executivo.

Assim, para o OGE 2022 foram identificados os seguintes riscos:

Perspectiva económica global e tensões geopolíticas; Preço do petróleo abaixo do previsto neste orçamento; fraco crescimento do PIB não petrolífero; Risco da depreciação do Câmbio;

Produção petrolífera nacional abaixo do programado neste orçamento Baixo acesso ao financiamento externo; e Impacto de passivos contingentes.

Face aos desafios vindouros a expectativas em torno do mesmo é muita, pois é o último orçamento do primeiro mandato do presidente João Lourenço. Em contexto de incertezas económicas e a exigência de políticas concretas de cumprimento para a retomar desejada das actividades económicas e social.

Devemos olhar para o plano nacional com as políticas que continuem a ser adaptadas ao estágio da pandemia bem como em outros assuntos importantes de responder (ex malária).

Em primeiro lugar priorizando os gastos com saúde, educação, inclusive com vacinas, e o apoio direccionado às famílias e empresas afectadas.

Assegurar a recuperação com mais ênfase em um apoio fiscal e monetário mais amplo, dependendo do espaço disponível, incluindo medidas correctivas para reverter as perdas na educação, e apoiar a realocação de mão-de-obra e capital para sectores em crescimento por meio de subsídios direccionados à contratação e mecanismos eficientes para a resolução de falências.

Investir no futuro, ao promover as metas de longo prazo de aumento da capacidade produtiva, acelerar a transição para uma menor dependência de petróleo na nossa economia, aproveitar os benefícios da

digitalização e garantir que os ganhos sejam compartilhados de forma equitativa.

O modelo de desenvolvimento deve ter por base uma economia de mercado com forte componente social, sendo o poder público o garante da liberdade, da solidariedade e do interesse nacional na atracção dos investimentos estrangeiros, tudo isso, ao serviço da construção de uma sociedade solidária para com os mais pobres, desprotegidos e excluídos.

A inclusão social e, necessariamente a económica deve ter o apoio e o contributo dos agentes políticos, dos empresários, dos investidores e das organizações cívicas e deve favorecer deliberadamente quem mais precisa.

Urge a necessidade de continuar com as reformas que garantam o bem-estar na vida dos angolanos nos aspectos económicos e social.

O futuro do país (Angola) constrói-se todos os dias e é, por isso, fundamental que os angolanos sintam que podem ter, por um lado, confiança no Estado e nas suas instituições e, por outro, esperança numa melhoria significativa das condições de vida.

O orçamento trás consigo o renovar das esperanças todos os anos dos cidadãos em ver o que será feito para o seu benefício enquanto orçamento participativo e que nela consta as necessidades das suas comunidades.

Os desafios para este OGE 2022 são muitos, desde o rigor no seu cumprimento e aplicação para o bem-estar social.

## 4.2 OGE 2022 aposta forte na presidência

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2021*

*Texto: Sandra Bernardo*

São mais 13,4 mil milhões de kwanzas (21 milhões USD) em relação ao OGE de 2021 para a Presidência da República, que prevê gastar quase 1,9 mil milhões no projecto 'Estudo e Construção de infra-estruturas para Acomodação do Património', uma ambição que vem já do OGE anterior e que começou por se chamar 'Estudo e Construção da Biblioteca da Presidência da República', gerando de tal modo polémica que a versão disponibilizada no site do Ministério das sofreu alterações, tendo esta rubrica "desaparecido", e passando os quase 3,2 mil milhões de kwanzas a ser atribuídos à rubrica 'Estudo e Construção de infra-estruturas para Acomodação do

Património da presidência', que volta a constar do OGE, mas por metade do valor inscrito o documento anterior.

Mas, se esta rubrica sofre um corte de 50 por cento, é para surgir uma outra, denominada 'Reabilitação do Edifício dos Serviços Gerais', que custará pouco mais de 1,8 mil milhões kz. É caso para perguntar se o valor inicial (3,2 mil milhões kz) terá sido fragmentado.

Por outro lado, este documento "retira" 60 milhões de kwanzas à rubrica 'Encargos com Presidentes e vice-presidentes cessantes', que passou de 135 milhões em 2021 para 75 milhões em 2022.

O documento que define as linhas mestras para o ano económico de 2022 perspectiva um preço de referência do petróleo de 59 dólares norte-americanos por barril, um preço considerado "conservador" pelo Ministério das Finanças (MINFIN), para garantir a estabilidade na programação macro-fiscal do país", e "considerando que os níveis de incerteza característicos do sector petrolífero deverão permanecer".

E por falar no ministério liderado por Vera Daves, que na proposta preliminar do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico, de 2022 é contemplado com 149,5 mil milhões de kwanzas (247 milhões USD), é de referir que este órgão prevê gastar 4,5 mil milhões kz na construção e apetrechamento da sua "nova casa", exactamente o mesmo valor orçado para a conclusão de um parque de estacionamento2021.

O documento tem inscrito, na dotação orçamental por órgão, uma rubrica denominada, "Construção e apetrechamento do novo edifício Ministério Das Finanças" por 4,5 mil milhões de kwanzas, que em dólares equivalem a 7,6 milhões.

Ora, em Abril de 2021, o Ministério das Finanças lançou um concurso no Portal das Compras Públicas para a conclusão do parque de estacionamento da sede do ministério, em Luanda, como avançou, na altura, o Novo Jornal na sua edição online.

Na descrição do procedimento de contratação pública lia-se que o objecto do concurso era a aquisição de serviços de empreitada de obras públicas para conclusão da construção do parque de estacionamento

### 4.3 As pistas do OGE, o que podemos esperar

*Jornal Expansão*

12 De Novembro de 2021

Entre os muitos documentos produzidos pelo Executivo Angolano, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) ganha e merece destaque pois, por meio dele, perspectivas económicas sobre a evolução da economia nacional são formadas e os agentes económicos vêem nele, os pseudo-sinais de alterações sobre o seu nível de bem-estar.

Em sede da 10.ª reunião ordinária do conselho de ministros, realizada no dia 28 de Outubro de 2021, tomámos conhecimento, através das diversas cadeias televisivas e dos principais jornais em circulação no país, que foi aprovada, em sede daquela reunião ordinária, a proposta de OGE remetida à Assembleia Nacional e, embora tenham sido avançados poucos detalhes sobre o documento, alguns aspectos permitem-nos prever o restante, bem como criar certas expectativas (boas ou más) e expressar alguns anseios.

A primeira de todas tem a ver com as expectativas referentes à evolução dos níveis de preços (inflação) no mercado nacional, sendo que o Executivo perspectiva uma taxa de inflação na ordem de 18%. Antes de tudo, o simples facto de se prever uma alteração, isto é, um aumento em mais 18% sobre os níveis de preço já é um forte indício de que o poder de compra dos agentes económicos poderá ser afectado, pois, ainda que com a redução do IVA de 14% para 7%, assunto que abordaremos mais adiante, o simples facto da inflação (perspectiva) superar aquela redução, ainda que os níveis de preço baixem na igual proporção a redução do IVA (situação pouco provável), os efeitos seriam diluídos pela própria inflação que os tornará irrelevantes (em termos reais) no que se refere à melhoria da qualidade do poder de compra.

Neste caso em particular, somos a sugerir que, além da redução do IV A sobre bens de amplo consumo (exemplo típico de uma política fiscal expansionista), o Executivo busque assegurar medidas de combate à especulação, através da ANIESA. Para aumentar o poder de compra dos mais vulneráveis, deve também submeter à Assembleia Nacional reformas fiscais mais profundas e ousadas, como a discriminação positiva da alíquota do IRT sobre os agregados familiares com mais de três ou quatro filhos, sobre os jovens que adquiram o primeiro emprego (IVA Jovem), sobre os agentes económicos que há mais de três anos se encontravam desempregados. Deve ainda reduzir o imposto Industrial (de forma temporária)

do sector da aviação, hotelaria e restauração, todos eles muito afectados pela pandemia miada Covid-19, entre outras.

A segunda "pista" que nos salta à vista tem a ver com a redução da alíquota do IV A de 14% para metade (7%)! Este é um forte indicativo de que o Executivo não só reconhece que o nível de bem-estar dos angolanos sofreu fortes quedas, mas, como também, está engajado em suavizá-lo, com recurso à diminuição da carga fiscal suportada pelos contribuintes.

Mais do que isso, também é um forte indicativo de que a necessidade de reformas fiscais é de extrema urgência e tal medida pressupõe o entendimento de que nem sempre reduzir um determinado imposto (alíquota) significa efectivamente a perda de receitas fiscais. Isto porque, havendo uma redução da alíquota de imposto sobre os bens e serviços de amplo consumo, os agentes económicos poderão aumentar as suas poupanças e realizar novos investimentos, o que representaria um ganho para todo o país, ou aumentar a sua propensão para o consumo, estimulando a oferta (produção e/ou comercialização) de bens e serviços, estabilizando os níveis de emprego e a manutenção dos níveis de salários.

A terceira pista tem a ver com a dotação orçamental para o Sector Social, de aproximadamente 19%. Sem sombra de dúvidas, o nível de precariedade, miséria extrema e fome ganharam acento tónico na realidade de muitos angolanos e a sua exposição e vulnerabilidade à linha da pobreza igualmente. Logo, o Executivo tem a difícil missão de reduzir tais exposições e, embora nos pareça muito pouco (apenas 18,6%), com o pouco, muito podemos fazer. Portanto, a necessidade de se ser eficiente no âmbito da execução orçamental nunca se fez tão necessária como agora.

Não podemos com detalhes técnicos argumentar, uma vez que ainda não podemos esmiuçar a consignação por rubricas dos 18,6% alocados para o Sector Social, mas podemos, com alguma propriedade, sugerir certas medidas que, a nosso ver, se aceites e empregues, os "ditos" 18,6%, dotados ao Sector Social deverão reduzir as "mazelas sociais" que afligem hoje cerca de 40% da população angolana que vive em pobreza económica.

Assim sendo, sugerimos que o Executivo enfoque as suas preocupações no socorro às populações residentes, em especial no sul de Angola, assolados por estiagens devastadoras, e que medidas de suavização, como o pleno asseguramento do financiamento das obras das barragens no Calucuve e

de Ndúe, no município do Cuvelai, na Província do Cunene, bem como a criação de formas e medidas de difusão de seus efeitos positivos para as regiões adjacentes àqueles municípios sejam efectivadas como máximo rigor e sentido de Estado.

Igualmente, é fundamental promover a eficiência do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, cujos programas de ajudas sociais, como o kwenda, embora sejam instrumentos bem definidos e pouco robustos, têm grande relevância, para pelo menos, reduzir a precariedade de certos

Agregados familiares, principalmente aqueles mais vulneráveis. E a quarta e última é a previsão de crescimento económico na ordem dos 2,4% para o ano de 2022, muito impulsionado pelo bodo sector petrolífero, com a subi da vertiginosa do preço do barril de petróleo Brent, principal referência para as exportações angolanas. Nas próprias palavras da ministra das Finanças, Vera Daves, o Executivo, ciente da volatilidade do preço daquela commodity, prevê um preço médio de 59 USD para o ano de 2022, uma previsão bastante conservadora.

Segundo a ministra, a mais conservadora de todas, abaixo de todas as demais previsões até à data conhecidas! E aqui o bom senso foi tido, achado e ouvido, pois, o recente bom do preço do barril de petróleo, infelizmente não veio para ficar, uma vez que o mesmo apenas é reflexo da retoma económica, com a liberalização e aligeiramento das medidas de contenção e restrição, impostas para combater a pandemia da Covid-19, que, associados à crescente procura da China por esta commodity, explicam os resultados da recente evolução do preço do barril de petróleo Brent.

Retornando ao assunto do crescimento económico, é necessário que sejam criadas todas as diligências necessárias para se difundir os efeitos daquele crescimento económico sobre o nível de bem-estar dos agentes económicos nacionais e tal façanha poderá ser possível se, e só se, o Executivo conseguir "simplificar o simples", isto é, acelerar e promover a eficácia das medidas do seu programa de reconversão da economia informal, permitindo que as "regras do jogo" se adaptem aos jogadores (agentes informais) e não o contrário, pois, como já percebemos, o coeficiente de resistência às regras é elevado e, todavia, o Programa Simplifica 1.0 é um passo a ser reproduzido.

#### 4.4 Estabilidade do kwanza afunda rácio da dívida de 128,7% para 84,8%

*Jornal Expansão*

*12 De Novembro de 2021*

*Texto: Joaquim José Reis*

O rácio da dívida pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 128,7% para 84,8%, entre Dezembro do ano passado e Setembro deste ano, de acordo com as últimas projecções do Governo, que constam no relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022. Apesar de uma queda ligeira no stock da dívida, esta descida do rácio resulta sobretudo da estabilização da moeda nacional face ao dólar e da subida do PIE nominal.

Depois de, no final de 2020, o rácio da dívida governamentais + empresas públicas/PIB ter atingido o valor mais alto de sempre - devido em plena pandemia da Covid-19 à queda do preço do barril de petróleo e à forte depreciação do Kwanza, que, por sua vez, teve efeitos negativos sobre o PIB nominal agora as projecções do Governo para 2021 apontam a uma descida do rácio para 82,1% no final deste ano.

O Executivo avança no relatório de fundamentação da proposta de OGE 2022 que a evolução favorável do rácio da dívida em 2021 se deve à maior "estabilidade da taxa de câmbio", numa justificação corroborada pelo economista Wilson Chimoco, que considera esta uma "boa notícia, uma vez que é um importante indicador para aquilo que é a sustentabilidade" das finanças públicas. "Esta redução no rácio de endividamento, num contexto em que o Estado se beneficiou do programa de Suspensão do Serviço da Dívida Pública do G20 em 2020 e 2021, só pode ser explicado pelo aumento nominal do PIE e da desaceleração do chegado próximo dos 130% no final de 2020. Ainda assim, o FMI estava longe de adivinhar que seria já em 2021 que o rácio da dívida iria baixar dos três dígitos já que apontavam a 113,3% no final deste ano, a 102,7% em 2022, a 95,9% em 2023 e a 85,8% em 2024.

Para se ter uma ideia do impacto da subida do PIE nominal em 2021, basta verificar que o FMI apontava a um PIE de 44,7 biliões Kz para final deste ano - ainda assim mais optimista que o Governo que apontava a 42,0 biliões Kz no OGE ainda em vigor.

Agora, segundo a Programação Macroeconómica Executiva Revista para a construção da proposta de OGE 2022, o Governo aponta a um PIE de 54,6 biliões Kz final deste ano. Contas feitas, são 9,9 biliões face à projecção do e mais 12,6 biliões Kz face ao Governo estimava no OGE 2021. Parece o jogo da corda, em d que o PIE aumenta (puxa) e o rácio s da dívida cai (é puxado).

Quanto à estabilização da moeda nacional, é facto que o kwanza já apreciou quase 9% desde o início do ano, beneficiando do aumento dos preços do barril de petróleo, que permitiu subir a entrada de dólares na economia angolana Num mercado cambial que se pauta pela lei da oferta e da procura, em que ri quanto mais procura houver mais o dólar aprecia e vice-versa, a diminuição das importações acabou por D também contribuir para a estabilização da moeda Entretanto, a taxa de câmbio entre o Kwanza e o dólar está estabilizada, mas olhando para se o site do BNA, desde 27 de Outubro c: até 8 de Novembro, que a moeda nacional não aprecia nem deprecia a: face à moeda norte-americana, 21 mantendo-se nos 597,0 Kz por cada dólar o que está a suscitar suspeitas sobre a intervenção do banco central nesta questão, há cerca de dois meses o BNA fez uma recomendação aos bancos para não oferecerem taxas de compra superiores á média do sistema, segundo avançou ao Expansão uma fonte de um dos maiores bancos nacionais. Ou seja, o BNA acabou por influenciar a taxa cambial as recomendações do FMI

Mas a dívida também caiu.

De acordo com cálculos do Expansão, com base no relatório de execução do II trimestre de 2021 e na Conta Geral do Estado de 2020, a soma da dívida interna e externa caiu 150 milhões de USD este ano, quando comparada com o final do ano passado. Em Dezembro de 2020 o stock sa dívida angolano externo era de 51 mil milhões USD enquanto a interna era de 18, 2 mil milhões, ou seja, totalizava 69, 2 mil milhões de USD. Já em Setembro a externa baixou para 50, 2 mil milhões USD enquanto a interna subiu ligeiramente para 18,8 mil milhões representado um total de 69 mil milhões USD e uma descida de 0,3%

Cada angolano deve 630 USD á China

O stock da dívida externa (governamental e das empresas) caiu 1,5% para 50,9 mil milhões USD nos primeiros seis meses de 2021, com cada um dos 33 milhões de angolanos a dever 1.522 USD ao estrangeiro. Destes, 630 USD são á China, equivalente a 41% do total da dívida pública externa. De acordo com o relatório de execução do II trimestre de 2021, o maior credor a título individual

de Angola é o Banco de Desenvolvimento da China, que detém 27% do total da dívida pública externa angolana.

Quase metade da dívida é a bancos comerciais (47%). O restante está dividido por dívida bilateral, ou seja, Estado a Estado, com cerca de 5, 6 mil milhões USD e multilateral, ou seja, instituições internacionais, com a dívida a ascender a 6, 8 mil milhões USD, um crescimento 22% face ao final de 2020, sobre tudo devido aos financiamentos do FMI e ao processo de alocamento de Direitos Especiais de saque (moeda do Fundo) verificados este ano, em que coube a Angola o equivalente a mil milhões de USD. Já a dívida a fornecedores caiu 13% para 4,2 mil milhões de USD desde o início do ano.

#### 4.5 OGE 202 focado na recuperação do poder de compra

*Jornal Economia e Finanças*  
5 De Novembro de 2021

Governo prepara, no Orça mento Geral de Estado (OGE2022), um ajustamento dos salários da Função Pública, no quadro das medidas de alívio económico e social para as famílias e as empresas.

Segundo a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, entrevistada pela Televisão Pública de Angola, o Executivo está a trabalhar com o Ministério do Trabalho numa reflexão em torno de um eventual ajustamento dos salários da Função Pública para a "reposição dos rendimentos". Vera Daves apontou o ajustamento como complemento de medidas de alívio económico-social para as famílias e as empresas previstas na proposta de OGE desde terça-feira em discussão na Assembleia Nacional, com as quais o Governo projecta que a retoma do crescimento esperada em 2022 se reflecta na vida da população.

Para tal, apontou a ministra, requer um "ambiente fiscal mais flexível", onde se inserem as decisões do corte de IVA sobre bens de alto consumo, o sector da Restauração, Turismo e Hotelaria (fortemente afectado pela pandemia da Covid-19), o Imposto Industrial sobre serviços acidentes prestados por empresas não residentes a entidades residentes e o Imposto sobre Veículos Motorizados para aeronaves e embarcações.

O que se pretende é que, "no final do dia, os angolanos sintam que estas perspectivas do preço do petróleo superior e da receita petrolífera superior ajudem a contrabalançar com a perda de receita que teremos no domínio não petrolífero", afirmou a ministra, admitindo, dessa forma, que, ao abdicar de

certos impostos, o Governo conta com e previsão do encaixe aumentado das receitas da exportação de crude.

Por outro lado, a proposta de Lei que aprova o Código dos Benefícios Fiscais, aprovado igualmente, na generalidade, visa essencialmente a melhoria do ambiente de negócios no país e congrega 16 diplomas dispersos sobre a temática, em um só.

A nível da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), Angola afigura – se e como um dos poucos países que não dispõem de um código de benefício fiscal, que regule de forma exaustiva os mesmos, e que seja capaz de garantir maior simplicidade, de acordo com a ministra das Finanças.

No diploma que vai ainda à discussão na especialidade, para a sua posterior votação final global, prevê que as pessoas com deficiência, como determinados pela legislação aplicável na proposta, estão isentas de pagamento dos direitos aduaneiros na importação de veículo adaptados necessários para a sua mobilidade.

Os mais de 16 diplomas foram identificados como "avulsos" que dispõem sobre o assunto, e a pro posta vai concentrar os mesmos num único documento.

Trata-se da Lei do Investimento Privado das Micro Pequenas e Médias Empresas, de Fomento do Empresariado Privado Angolano, do Mecenato, de Financiamento dos Partidos políticos das Associações Privadas das Associações Ambientais, dos Antigos Combatentes e deficientes de guerra da Pessoa com deficiência, entre outros diplomas

Nestes diplomas foram identificados os benefícios fiscais existentes o que estão isentos, o que beneficia de redução da taxa de imposto, em que casos há dedução da matéria colectável, tudo agora a ser tratado num único documentam.

#### 4.6 Saúde longe de atingir Objectivos do Milénio

*Jornal de Angola*

*14 De Novembro de 2021 Alexa*

*Texto: Alexa Sonhi*

Angola vai continuar longe de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em relação à saúde universal e sustentada, enquanto estiver com uma fatura exígua no Orçamento Geral do Estado (OGE), considerou, sábado (13), o ex-director-geral da Pediatria de Luanda, Luís Bernardino.

médico avançou que, além da verba, que corresponde a cerca de 9,4 por cento do OGE para 2022, ser exígua, o sector não tem criado outras fontes para garantir uma saúde de qualidade para todos.

Luís Bernardino, que falava à margem da Conferência sobre Gestão Hospitalar e Liderança, que decorreu em Luanda, disse que a fatura do OGE para a Saúde deste ano, prestes a terminar, é de 5,6%, o que considera uma verba incapaz de ajudar o país a atingir as metas traçadas pela Organização Mundial da Saúde até 2030.

O pediatra apelou ao Executivo a ter maior sensibilidade para com o sector da Saúde, aumentando a fatura nos próximos OGE e, além disso, a criar outras fontes de seguros que possam garantir a qualquer pessoa pobre de beneficiar de cuidados primários de saúde e de qualidade.

Luís Bernardino exemplificou que países como Ghana e Nigéria, onde a verba para a Saúde é baixa, estão a criar programas de financiamento, o que permite que, pelo menos, dois terços da população carenciada tenham seguro de saúde.

"Mas, Angola, apesar das riquezas naturais que possui, ainda não vejo nada a ser feito em relação a isso. Infelizmente, o Estado está a fazer uma aplicação do dinheiro da Saúde no topo do sistema, ao invés de fazê-lo nos cuidados primários, que é a base fundamental", disse Luís Bernardino.

Essa estratégia, explicou o médico pediatra, limita a actuação do sector da Saúde, uma vez que "não basta só dar dinheiro, mas é preciso gerir o dinheiro para que beneficiem as populações mais carenciadas".

Luís Bernardino realçou que, recentemente, a imprensa passou a informar, segundo a qual, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, disse que foram disponibilizados mais de um mil milhão de dólares para a construção de grandes hospitais.

"Na verdade, não é isso que se precisa. Temos é de ter um Sistema de Saúde Municipal com qualidade, para se evitar enchentes e mortes nas unidades terciárias", rematou o médico.

#### 4.7 Proposta de OGE para 2022 – principais alterações fiscais

*Jornal Expansão*

*19 De Novembro de 2021*

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022 traz algumas novidades em matéria fiscal, com maior enfoque no IV A. imposto mais recente em

Angola e aquele que tem sofrido mais alterações, surjam elas através de legislação aplicável a outros impostos - recordemos a isenção de IVA sobre a locação de imóveis independentemente dos fins a que se destinam, implementada na Lei 20/20, que aprovou o Código do Imposto Predial ou pela via do OGE, como sucedeu no ano passado.

Para 2022, as alterações propostas são sobretudo relacionadas com uma redução significativa da taxa aplicável a vários produtos, que surgem elencados na Tabela Anexa I da proposta de Lei. De entre essas reduções, salientamos as seguintes, que serão tributadas à taxa de 5%:

Espécies animais, desde cavalos, bovinos, aves e até abelhas; Plantas, vegetais, tubérculos, sementes e cereais;

Insumos agrícolas dos mais variados tipos, no sentido do que já se prevê na legislação actual; Binóculos, bússolas e outros instrumentos;

Alguns produtos verão a sua tributação reduzida para uma nova taxa - 7%. A título de curiosidade, deixamos a nota de que um imposto que arrancou com uma taxa única de 14%, conheceu de imediato uma taxa especial para Cabinda de 2%, e chegará a 2022, celebrando pouco mais do que dois anos de vida, com quatro taxas - recordemos que a taxa 5% já se encontrava em vigor.

Para alguns produtos. Mas regressando ao OGE para 2022, teremos então uma nova taxa, de 7%, aplicável entre outros aos seguintes produtos:

Carne, peixe, leite, ovos, cebola, alhos, feijão, alguns cereais, farinhas e sementes, óleos, gorduras, Enchidos, açúcar, preparados para lactentes;

Massas, produtos de padaria, água e sal;

Tintas, sabões e papel;

Máquinas e utensílios para diversas indústrias, desde a panificação à pesca, passando pelo embalamento.

A lista é extensa e merece um olhar atento dos contribuintes e dos sujeitos passivos, dada a abrangência de sectores que podem sentir o impacto destas reduções. Também é prevista uma taxa de 7% para os serviços de hotelaria e restauração, mediante o cumprimento de alguns requisitos.

A proposta de Lei prevê ainda uma isenção de IV A para a importação de bens destinados à oferta para fins filantrópicos ou para atenuar os efeitos de calamidades naturais, desde que os fins a que se

destinam sejam reconhecidos pela Administração Tributária.

Refira-se ainda a previsão de retenção de 2,5% do imposto nos pagamentos através de terminais de pagamento automático, que já havia sido prevista para 2021, sem no entanto ter entrado em vigor.

Finalmente, no que ao IV A diz respeito, a proposta de lei prevê uma limitação que urge esclarecer antes de o diploma se tornar final: a não aceitação como custo em sede de Imposto Industrial do IV A não deduzido nos termos do Código do IVA. A este respeito há que segregar duas "realidades diferentes. A primeira, que se compreende, é a de o legislador querer recusar como custo IVA que o sujeito passivo poderia ter deduzido, mas não o fez. A título de exemplo, um sujeito passivo recebeu facturas de um fornecedor de matérias primas mas não as incluiu na declaração periódica de IV A atempadamente te. Apesar de ser extremamente discutível o curto período que os sujeitos passivos têm para deduzir o IV A, a não aceitação do custo em sede de Imposto Industrial seria uma penalização para um sujeito passivo menos diligente. O mesmo não se pode dizer dos casos em que o sujeito passivo não deduziu o IVA porque o Código do IV A não o permite. É o caso das despesas previstas no artigo 24.º do CIVA, como as incorridas com viaturas, alojamento e refeições, em que o legislador optou por excluir o direito à dedução em absoluto, independentemente de se tratarem ou não de despesas destinadas à actividade do sujeito passivo, que é assim tratado como consumidor final. Caso esta não aceitação do custo se aplique também a estas despesas, os sujeitos passivos sairão duplamente penalizados e a medida torna-se incompreensível. Seria assim importante esclarecer o seu âmbito de aplicação antes da versão final do diploma.

Para além das alterações propostas em sede de IVA, o OGE para o exercício de 2022 pode trazer igualmente uma alteração relevante em Imposto Industrial, nomeadamente no que se refere à taxa aplicável ao regime especial de tributação de ser acidentais. A proposta do OGE prevê, para o exercício de 2022, uma taxa de retenção na fonte nos pagamentos de serviços ao estrangeiro de 6,5%. Requer com as alterações Código do Imposto Industrial, em Julho de 2020, a taxa aplicável nos pagamentos de serviços a entidades estrangeiras tinha aumentado de 6,5% para 15%. Já no OGE de 2021 se tinha observado uma redução da taxa de retenção na fonte para 6,5% nos serviços prestados por entidades estrangeiras a operadoras petrolíferas em Angola. Esta proposta de OGE passa agora a prever uma redução generalizada da taxa para as empresas

Angola que contratem serviços a entidades estrangeiras.

## 4.8 Reversão da economia vai aumentar a base tributária

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Novembro de 2021

Programa de Economia Informal (PREI) serve de elemento catalisador para o aumento da base tributária e de operadores à economia formal no país, esclareceu, terça-feira, em Luanda, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior,

Segundo o governante, com esse programa o Executivo vê a possibilidade de intensificar: os mecanismos para a formalização da economia, acolhendo os que se encontram no mercado informal, e providenciá-los automaticamente uma identidade fiscal e a possibilidade de constituição de pequenas e micro empresas. '

O ministro de Estado para Coordenação Económica fez esse esclarecimento quando procedia, no mercado do KM 30, município de Viana, em Luanda, ao lançamento formal do referido Programa de Reversão da Economia Informal.

Na ocasião, Manuel Nunes Júnior disse ainda que o PREI traz consigo inúmeras vantagens, além de ser estratégico do ponto de vista da formalização da actividade económica no país, pelo que os que aderirem terão vários benefícios, desde a emissão do Bilhete de Identidade ao acesso a micro crédito.

"Um outro ganho para quem formaliza o seu negócio por essa via, é a faculdade de poder dispor do seguro de saúde e segurança social, dentre outras facilidades como a criação de empresa num único espaço durante a campanha do PREI que hoje deu arranque aqui no mercado KM 30", referiu.

Um comerciante que hoje trabalha arduamente, comparou, vai chegar um dia da sua vida que já não terá as forças para continuar e, neste momento a segurança social poderá ser a sua fonte de rendimento, daí a importância do programa que visa essencialmente proteger os vendedores.

O ministro de Estado para Coordenação Económica salientou que O Programa de Reversão da Economia Informal é ainda crucial, tendo em vista a facilidade na obtenção do crédito, permitindo o vendedor que formalizou a sua actividade alavancar o seu negócio mesmo sem dinheiro próprio.

Lembrou que o PREI conta com 14 milhões de Euros para suporte de concessão de crédito aos que formalizarem as actividades e necessitarem desse apoio.

"Este valor é um financiamento da União Europeia, ao programa, porquanto, na medida que as solicitações irem aumento, haverá certamente acréscimo por parte do Executivo angolano ao montante disponível ao crédito, que será concedido através dos bancos comerciais" precisou o ministro.

Por sua vez, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, presente no acto, salientou que o "Mercado do 30" serve de piloto para essas jornadas de campo da formalização da economia e criar novas sinergias, atraindo os operadores no mercado informal para o formal.

A propósito, o titular da pasta da Economia e Planeamento apelou os vendedores dessa praça a aderirem à campanha do Programa de Reversão da Economia Informal, por ser uma oportunidade única para dar outra "dinâmica aos negócios.

No decurso do acto, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, fez a entrega do primeiro Cartão do Agente Económico Formalizado, à comerciante Albertina Vaz, que se mostrou comovida e ao programa, porquanto, na medida que as solicitações irem aumento, haverá certamente acréscimo por parte do Executivo angolano ao montante disponível ao crédito, que será concedido através dos bancos e encorajou outros comerciantes a fazerem o mesmo, tendo em vista os inúmeros benefícios.

A campanha formal desse programa terá duração de nove meses em todo o país, sendo que depois do "Mercado do 30" os brigadistas e a equipa intersectorial vão se deslocar ao mercado do Luanda Sul para o mesmo efeito.

Essa equipa é composta pela Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, Administração Municipal, Administração Geral Tributária (AGT), Guiché Único da Empresa (GUE), Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e as sociedades de micro-crédito.

Com o seu cadastramento e a formalização do próprio negócio, o operador económico em causa tem acesso a segurança social, a capacitação quer seja pelo INA- PEM, quer seja pelo INEFOP, assim como tem acesso mais facilitado ao micro-crédito.



O processo de formalização da actividade económica informal é totalmente gratuito, culminando com a emissão do cartão de bancada ou de vendedor ambulante. E, desta forma, poderão constituir sociedades comerciais, seja em nome individual ou por quotas.

Durante o mês de Dezembro, o processo deverá estar concluído em todos os principais mercados de Luanda, numa campanha extensiva às demais 17 províncias a partir de Janeiro próximo. Os primeiros mil formalizados vão ter direito a um telemóvel com o sistema de pagamentos móveis que permite receber, enviar e reservar dinheiro

#### 4.9 Angola enviou para Portugal quase 100 milhões USD em remessas

*Novo Jornal*

*26 De Novembro de 2021*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

Portugal foi, no primeiro trimestre de 2021, o principal destino das remessas e outras transferências monetárias pessoais provenientes de Angola, tendo esse país europeu recebido naquele período 98,6 milhões de dólares dos 139 milhões enviados para o mesmo fim nos quatro cantos do mundo, revelam dados do relatório do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre remessas e outras transferências pessoais.

Noutras palavras, os números avançados no documento publicado pelo BNA no final do mês de Outubro apontam que as remessas enviadas para Portugal, de Janeiro a Março de 2021, representaram 71% dos 139 milhões de dólares transferidos naquela condição para fora de Angola. Esse cenário ilustra, sem margem para dúvidas, que Portugal lidera os países de destino das remessas de Angola.

No documento, o Banco Central conclui que "a posição de Portugal pode ser explicada pela dimensão da comunidade portuguesa em Angola, bem como pela dimensão da comunidade angolana naquele país que depende dos recursos oriundos de Angola para suportar as despesas de educação e de saúde, entre outras".

Observados relatórios trimestrais anteriores, Portugal tem sido o maior destino das remessas recebidas e enviadas por residentes em Angola, e o saldo dessas transacções é historicamente negativo para Angola, sinalizando que, nesta categoria, o País continua a enviar para a nação europeia mais recursos financeiros do que recebe.

Analisado o último trimestre de 2020 e os primeiros três meses do presente ano, constata-se que houve uma redução de 12% nas remessas transferidas de Angola para Portugal, já que essas saíram de 112,2 milhões de dólares para os actuais 98,6 milhões USD, ou seja, menos 13,6 milhões de dólares.

No período em análise, as remessas recebidas tiveram uma diminuição de 3,9% em relação ao período anterior, ao passar de 422,2 mil dólares norte-americanos no quarto trimestre de 2020 para 405,6 mil dólares norte-americanos no primeiro trimestre de 2021. Na mesma senda, as remessas enviadas registaram um decréscimo na ordem dos 12,1%, ao atingir a cifra de 98,6 milhões de dólares norte-americanos no período em análise, contra os 112,2 milhões de dólares norte-americanos alcançados no trimestre anterior.

Individualmente, a República Popular da China foi o segundo maior destino das remessas saídas de Angola de Janeiro a Março de 2021, tendo sido transferido para aquele país asiático pouco mais de 13 milhões de dólares, enquanto o Vietname, na terceira posição, recebeu 9,2 milhões de dólares.

A África do Sul e a Namíbia são os países africanos que se destacaram entre os principais destinos das remessas provenientes de Angola, com respectivos pouco mais de dois milhões de dólares e 1,2 milhões USD, "muito por conta dos factores que já são amplamente conhecidos, como o fluxo de pessoas que se dirigem àqueles dois países por questões de saúde, bem como pela dimensão das comunidades estudantis angolanas nos mesmos", lê-se no relatório.

Durante todo o ano de 2020, Portugal recebeu de Angola 360,7 milhões de dólares a nível de fluxos de remessas, sendo que, no primeiro trimestre daquele ano, foram enviados quase 79,4 milhões USD, no segundo trimestre 47 milhões USD, no terceiro 122 milhões de dólares e, finalmente, no último 112,2 milhões USD.

#### 4.10 Investimento Público no OGE de 2033 precisa ser consequente

*Jornal Expansão*

*26 De Novembro de 2021*

A literatura especializada indica que países em desenvolvimento como Angola precisam de grandes volumes de investimentos que podem ser públicos, privados ou ainda em forma de parceria público-privada. Assim sendo, foi com bastante interesse que identificamos no 'Relatório de Fundamentação' do OGE 2022 um ligeiro crescimento das despesas de

investimento, e é saíram de 3,4% do PIE em 2021 para 3,7% em 2022 (ver quadro 1 abaixo).

Num ano eleitoral era expectável um aumento da despesa. Nesse caso, o aumento proposto está alinhado com a posição do Executivo, expressa no OGE, segundo a qual Angola poderá sair do actual ciclo recessivo no próximo ano, crescendo 2,4%. Porém, apesar de nos apresentar uma previsão de crescimento da economia chinesa baseada no relatório 'Perspectiva da Economia Mundial' do FMI, o documento não analisa as implicações que o desacelerar do crescimento na China tem para Angola. Assim sendo, mais do que saudar este aumento da despesa de investimento, precisamos analisar se o mesmo vai contribuir para dinamizar outros sectores da economia nacional.

O 'Relatório de Fundamentação' destaca os investimentos a serem feitos nos sectores da saúde (103,9 mil milhões kz), transportes (447,8 mil milhões kz), obras (222,3 mil milhões kz), energia (218,3 mil milhões kz), água (202,3 mil milhões kz). Sabemos, por exemplo, que os investimentos no sector da saúde referem-se à construção de novas unidades sanitárias. Estas unidades sanitárias vão necessariamente precisar de ser apetrechadas. Como tal, houvesse uma melhor articulação sectorial, a produção doméstica de mobiliário hospitalar enquanto parte da indústria transformadora deveria experimentar um certo crescimento. A ausência dessa previsão de crescimento parece sugerir que grande parte do mobiliário a ser usado nas novas unidades será adquirido no exterior do País. A ser verdade, este exemplo mostra que a governação em Angola não terá aprendido com os erros do passado, i.e., falamos concretamente da oportunidade perdida para fomentar a indústria de materiais de acabamento de obras aquando da construção das principais centralidades.

A despesa de investimento prevista para 2022 também parece não ter um efeito na indústria cimenteira e produção de aço, como era de esperar. Sabemos, através de Contactos com responsáveis da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (AIMCA), que muitas das empresas nestes dois sectores estão a produzir abaixo da capacidade instalada. Neste contexto, acreditamos ser necessária uma intervenção do Estado para que grandes partes dessas obras sejam feitas com materiais 'Feito em Angola'. Esta medida traria ganhos para a economia em termos de empregos (directos e indirectos) e melhorias no processo produtivo (aumento da demanda permitiria as empresas adoptarem novas tecnologias e técnicas de gestão da produção).

No documento o Executivo diz pretender investir em vias rodoviárias, energia e água, áreas que se mostram críticas para dinamização do sector produtivo nacional. Porém, o crescimento previsto para a agricultura (4,3%) e indústria transformadora (5%), sectores chave para qualquer processo de transformação de uma economia, acabam por não ser significativo. Se considerarmos nos últimos anos tem havido uma questão séria na produção de apesar deste esforço é necessário haver uma intervenção para que estes investimentos contribuam para a redução do custo de se produzir em Angola. Para tal, conforme temos defendido neste espaço, urge garantir que os pólos de desenvolvimento industrial (falamos concretamente de Viana, Catumbela e Fútila) e perímetros irrigados tenham um acesso regular a estas duas utilidades. No que toca às vias de acesso, mais do que ligarem as zonas rurais aos principais centros urbanos, elas precisam de ser um catalisador tanto para o aumento de investimentos privados nas zonas rurais como de produtividade no sector agrícola.

Os exemplos analisados neste texto mostram que existe uma preocupação por parte do Executivo em incrementar aqueles investimentos que poderiam potencialmente contribuir para o crescimento económico. Porém, feito o investimento inicial o Executivo parece deixar que o mercado por si só venha a dinamizar aqueles sectores específicos da economia nacional que poderiam tirar proveito. Claramente que essa estratégia não tem dado resultados positivos já que é notável a desarticulação sectorial que tratamos de ilustrar neste texto. Isso faz com que a tão desejada recuperação e diversificação económica num período pós-Covid, seja cada vez mais adiada. Enfim, apesar de aumentar o investimento público no OGE de 2022, o Executivo perde a oportunidade de fomentar interligações sectoriais. Consequentemente, nada garante que tais investimentos contribuam para um crescimento económico sustentável

#### 4.1 | Orçamento Participativo vai ser discutido hoje em Workshop

*Jornal de Angola*

*29 De Novembro de 2021*

*Texto: Geraldo Quiala*

Nesta segunda-feira e terça a Escola Nacional de Administração de Políticas Públicas (ENAPP) vai reunir especialistas de Angola, do Brasil, de Moçambique e da China, para aprofundar experiências sobre os mecanismos de coordenação institucional, durante o I Work-shop Internacional

sobre o Orçamento Participativo, na sequência da sua institucionalização no país pelos Decretos Presidenciais 234/19 e 235/19, de 22 de Julho.

Organizado pelo Ministério da Administração do Território, em parceria com a Development Workshop e a ENAPP, o evento abordará os mecanismos de coordenação entre as instituições públicas que lidam com a gestão do orçamento, para um melhor acompanhamento e controlo dos gastos públicos, assegurando o fomento e a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades locais, bem como na promoção de uma gestão participativa, democrática e inclusiva, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional - PDN 2018/2022.

Durante o workshop será, igualmente, lançado o Relatório Final do Fórum Municipal de Auscultação para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais, cujo levantamento foi feito ao longo deste ano nos 164 municípios do país, numa actividade em que se prevê a presença dos ministros da Administração do Território, Marcy Lopes, e das Finanças, Vera Daves.

Os dois decretos presidenciais, ambos de 22 de Julho, estabelecem as formas de actuação. O primeiro (234/19) fixa o valor anual de Akz 25.000.000, 00 a atribuir a cada município, como verba destinada ao Orçamento dos Municípios, no quadro do Orçamento Participativo, e deve ser disponibilizada através de mecanismos expeditos que facilitem, igualmente, a sua movimentação pelos destinatários, enquanto o segundo (235/19) institucionaliza o Regulamento do Orçamento Participativo a nível municipal.

Em termos práticos, o diploma que regulamenta o Orçamento Participativo aplica-se a todas as administrações municipais e demais entidades administrativas equiparadas, dividindo-se em Orçamento dos Municípios (OM) e Orçamento Participativo da Administração Municipal (OPAM).

A lei define o primeiro (OM) como a verba inscrita no Orçamento da Administração Municipal ou ente equiparado sobre a qual os municípios decidem, livremente, sobre os projectos a executar, bem como a respectiva gestão. Por sua vez, o segundo (OPAM) é o orçamento cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

A institucionalização do Orçamento Participativo visa, entre outros, envolver o município na definição das despesas municipais; promover uma gestão participada, democrática e compartilhada dos recursos públicos; estimular o exercício efectivo da

cidadania; instituir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos; estimular a participação do cidadão de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública actue de maneira integrada para a satisfação dos interesses da população.

Iniciativa do processo

Compete à Administração Municipal convocar os municípios através das Comissões e Conselhos de Moradores para participar do processo do Orçamento Participativo, podendo os cidadãos, individual ou em grupos organizados, apresentar propostas ao órgão competente da Administração Local.

Os recursos decorrentes do Orçamento dos Municípios financiam as despesas ligadas aos investimentos e gastos no funcionamento dos serviços de iluminação pública, áreas verdes e limpeza urbana; obras de saneamento básico ou de manutenção dos serviços; gastos dos centros comunitários, dentro dos quais se encontram as políticas sociais de alimentação, infância, juventude, terceira idade, desporto e mulher; actividades culturais e manutenção das bibliotecas municipais; e outras despesas relevantes com impacto directo a um público-alvo específico.

## 4.12 Municípios já contam com Orçamento Participativo

*Jornal de Angola*

*30 De Novembro de 2021*

*Texto: Yara Simão*

Já estão disponíveis as verbas para os projectos que vão ser desenvolvidos em 2022, no âmbito do Orçamento Participativo dos Municípios, disse segunda-feira (29), em Luanda, a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público. Aia-Eza da Silva falou no I Workshop Internacional sobre Orçamento Participativo e espera que a partir de 2021-2022 se traga uma vertente mais participativa, mais activa, mais estável e contínua da presença do município no OGE, para que este possa ver o orçamento participativo da sua localidade e, futuramente, das autarquias. "O município tem de se reconhecer dentro do orçamento e acompanhar como são gastas as verbas e executados os projectos propostos", referiu.

Neste processo estão a participar também a DW, ADRA, UNICEF e o PNUD, que nos últimos dois anos auxiliaram a auscultação dos 164 municípios do país. "Todos contribuíram para a elaboração do

Orçamento Participativo para 2022. Neste momento, estamos a terminar a compilação dos projectos, mas os municípios já têm todas as verbas que vão ser desenvolvidas no âmbito do Orçamento do Município”, afirmou.

Por via online estão a participar países como Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Brasil, Alemanha e China, para passarem a sua experiência na elaboração do Orçamento Participativo, que é um instrumento de promoção da cidadania para envolver os cidadãos no processo de definição das prioridades governativas.

Criado no âmbito do cumprimento do Decreto Presidencial nº 235/19, de 22 de Julho, o projecto, que será apresentado nas 18 províncias do país, visa fomentar a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades locais, promover uma gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos ao nível local.

Estão constituídos em todo o país 61 Comités Técnicos de Gestão (CTG) municipais, como experiência piloto para executar o orçamento. Para concretizar a iniciativa, o Ministério das Finanças atribuiu uma verba fixada em 25 milhões de kwanzas/ano às administrações municipais, para que estas, por sua vez, transfiram aos CTG, para que os municípios possam livremente escolher os projectos que entenderem como prioritários na sua localidade.

O valor é direccionado às despesas de iluminação pública, saneamento do meio, iniciativas de recreação local e será gerido pelos Comités Técnicos de Gestão.

O município de Talatona está com um desempenho bastante favorável, segundo o seu administrador Rui Duarte que diz ter cumprido todos os procedimentos e conseguido lançar o Orçamento Participativo.

"Nós conseguimos inscrever projectos que já entraram em execução. Estamos com um desempenho favorável. Já vamos a cerca de 70% da execução do Orçamento Participativo e acreditamos que até ao final de Dezembro temos completo os objectivos e atingir esses que estão ligados ao município”, disse, acrescentando que em Talatona ficaram apenas projectos de iluminação pública.

Rui Duarte esclareceu que os distritos estão identificados e que, nesta primeira fase, este ano vão colocar postes de iluminação. "O Comité determinou e é com êxito que nós já temos algumas ruas iluminadas, fruto deste Orçamento Participativo”, informou.

## 5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Lançado projecto de gestão administrativa

*Jornal de Angola*

*1 De Novembro de 2021*

Um projecto digital denominado “Hackathon” foi lançado sexta-feira, em Luanda, pelo Ministério da Administração do Território (MAT), para ajudar a desenvolver soluções para melhorar os serviços administrativos prestados à população.

Orçado em 29 milhões de kwanzas, a iniciativa, que tem o financiamento do Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD), vai engajar os jovens empreendedores, entre outras acções, no processo de tratamento de licenças e na disseminação de informações importantes para as comunidades.

“É um projecto tecnológico, dirigido aos empreendedores digitais, que cria as condições para que os mesmos possam tirar as ideias do papel”, disse o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel.

Com isso, indicou, o Ministério da Administração do Território pretende estreitar os laços, entre aquilo que é a governação local e a comunidade empreendedora de jovens, de forma a contribuir para o alcance dos seus objectivos.

Segundo a Angop, Márcio Daniel esclareceu que a iniciativa inclui um concurso da plataforma digital administrativa, a realizar-se de 19 a 30 de Novembro deste ano.

Informou que o Executivo procura incentivar os criadores de infra-estruturas tecnológicas a melhorar o empenho dos órgãos da administração local.

Trata-se, apontou, de um mecanismo gizado para passar a mensagem de que o Estado não tem o monopólio das boas ideias e que precisa do concurso daqueles que, a nível da economia real, tenham soluções aplicáveis à gestão e governação local.

### 5.2 MAT forma líderes locais de Finanças

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2021*

*Texto: Edvaldo Lemos*

Administradores municipais adjuntos para a área Financeira e técnicos dos governos provinciais do Bengo e Uíge terminam hoje, em Caxito, uma acção de formação iniciada quarta-feira, para garantir o êxito da implementação do Orçamento Participativo na região.

Os participantes abordam temas como o “Enquadramento Geral do Orçamento Participativo em Angola”, “A Metodologia para Elaboração das Carteiras de Projectos e para Eleição dos Membros dos Comités Técnicos de Gestão a Nível dos Municípios” e a “Execução Financeira das Carteiras de Projectos do Orçamento dos Municípios”.

Na abertura do seminário, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), o vice-governador do Bengo para a Esfera Política, Social e Económica, José Bartolomeu, considerou que “a formação e a consequente elevação dos conhecimentos técnico-científicos jogam um papel importante na vida dos agentes públicos”.

Para o representante do MAT, Domingos Francisco, o Ministério da Administração do Território pretende formar, até ao dia 5 de Dezembro de 2021, um total de 100 comités técnicos, que devem começar a funcionar em Janeiro de 2022.

Na província do Bengo, o Orçamento Participativo, um instrumento de promoção da cidadania que visa envolver os munícipes no processo de definição das prioridades governativas, foi lançado em Março deste ano.

Desde 2020, já foram criados 64 Comités Técnicos do Orçamento Participativo (CTOP), dos 164 previstos no país, no âmbito do cumprimento do Decreto Presidencial nº 235/19 de 22 de Julho.

Na primeira fase de implementação do Orçamento Participativo, foram constituídos 61 comités

### 5.3 Orçamento Participativo vai ser discutido hoje em Workshop

*Jornal de Angola*

29 De Novembro de 2021

Texto: *Geraldo Quiala*

Nesta segunda-feira e terça a Escola Nacional de Administração de Políticas Públicas (ENAPP) vai reunir especialistas de Angola, do Brasil, de Moçambique e da China, para aprofundar experiências sobre os mecanismos de coordenação institucional, durante o I Work-shop Internacional sobre o Orçamento Participativo, na sequência da sua institucionalização no país pelos Decretos Presidenciais 234/19 e 235/19, de 22 de Julho.

Organizado pelo Ministério da Administração do Território, em parceria com a Development Workshop e a ENAPP, o evento abordará os mecanismos de coordenação entre as instituições públicas que lidam com a gestão do orçamento, para um melhor acompanhamento e controlo dos gastos públicos, assegurando o fomento e a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades locais, bem como na promoção de uma gestão participativa, democrática e inclusiva, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional - PDN 2018/2022.

Durante o workshop será, igualmente, lançado o Relatório Final do Fórum Municipal de Auscultação para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais, cujo levantamento foi feito ao longo deste ano nos 164 municípios do país, numa actividade em que se prevê a presença dos ministros da Administração do Território, Marcy Lopes, e das Finanças, Vera Daves.

Os dois decretos presidenciais, ambos de 22 de Julho, estabelecem as formas de actuação. O primeiro (234/19) fixa o valor anual de Akz 25.000.000, 00 a atribuir a cada município, como verba destinada ao Orçamento dos Municípios, no quadro do Orçamento Participativo, e deve ser disponibilizada através de mecanismos expeditos que facilitem, igualmente, a sua movimentação pelos destinatários, enquanto o segundo (235/19) institucionaliza o Regulamento do Orçamento Participativo a nível municipal.

Em termos práticos, o diploma que regulamenta o Orçamento Participativo aplica-se a todas as administrações municipais e demais entidades administrativas equiparadas, dividindo-se em Orçamento dos Municípios (OM) e Orçamento Participativo da Administração Municipal (OPAM).

A lei define o primeiro (OM) como a verba inscrita no Orçamento da Administração Municipal ou ente equiparado sobre a qual os municípios decidem, livremente, sobre os projectos a executar, bem como a respectiva gestão. Por sua vez, o segundo (OPAM) é o orçamento cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

A institucionalização do Orçamento Participativo visa, entre outros, envolver o munícipe na definição das despesas municipais; promover uma gestão participada, democrática e compartilhada dos recursos públicos; estimular o exercício efectivo da cidadania; instituir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos; estimular a participação do cidadão de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública actue de maneira integrada para a satisfação dos interesses da população.

Iniciativa do processo

Compete à Administração Municipal convocar os municípios através das Comissões e Conselhos de Moradores para participar do processo do Orçamento Participativo, podendo os cidadãos, individual ou em grupos organizados, apresentar propostas ao órgão competente da Administração Local.

Os recursos decorrentes do Orçamento dos Municípios financiam as despesas ligadas aos investimentos e gastos no funcionamento dos serviços de iluminação pública, áreas verdes e limpeza urbana; obras de saneamento básico ou de manutenção dos serviços; gastos dos centros comunitários, dentro dos quais se encontram as políticas sociais de alimentação, infância, juventude, terceira idade, desporto e mulher; actividades culturais e manutenção das bibliotecas municipais; e outras despesas relevantes com impacto directo a um público-alvo específico.

### 5.4 Defendida descentralização da recuperação de activos

*Jornal de Angola*

30 De Novembro de 2021

Texto: *Lourenço Bule*

O Procurador da República junto a Comarca de Menongue, António Margarido, defendeu segunda-feira (29), no Cuando Cubango, a necessidade da descentralização do Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SNRA) nas restantes províncias do país, para dar maior celeridade aos processos de

recuperação de activos do Estado que foram desviados. António Margarido fez estes pronunciamentos no final de uma palestra sobre a "Prevenção da corrupção em Angola", dirigida aos funcionários da Comissão Provincial Eleitoral (CPE), promovida pela PGR em alusão ao dia mundial do combate à corrupção.

Disse ser necessário que alguns órgãos importantes para descoberta material dos factos criminais, mormente do sector da banca, notariais, conservatórias do registo predial, entre outros, a nível das províncias, com excepção à Luanda, desconcentrar as competências para que a PGR no interior do país possa ter maiores condições de recuperar activos do Estado, quer seja móveis, imóveis e recursos financeiros.

"As dificuldades que a PGR no Cuando Cubango enfrenta para recuperação de activos do Estado são as mesmas que são enfrentadas em outras províncias do país, com excepção de Luanda, sobretudo na obtenção do espelho bancário de um determinado indivíduo sob suspeita de ter cometido um crime", disse.

De acordo com o Magistrado do Ministério Público, o sector da banca é bastante importante para a PGR para apuração dos factos dos crimes de natureza económico-financeira e patrimonial, mas os mesmos não conseguem de forma célere dar resposta quando solicitados para dar informações de movimentos bancários da conta de um dos seus clientes indiciados no cometimento de delitos.

Acrescentou que outro impasse tem a ver com o registo dos bens móveis e imóveis por parte de muitos populares do Cuando Cubango junto das conservatórias do registo predial e de registo de propriedade automóvel, situação que tem criado alguns transtornos na recuperação de activos.

António Margarido sem avançar números, salientou a existência junto da PGR de vários processos-crimes relacionados com peculato e branqueamento de capitais.

## 5.5 Municípios já contam com Orçamento Participativo

*Jornal de Angola*

*30 De Novembro de 2021*

*Texto: Yara Simão*

Já estão disponíveis as verbas para os projectos que vão ser desenvolvidos em 2022, no âmbito do Orçamento Participativo dos Municípios, disse

segunda-feira (29), em Luanda, a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público. Aia-Eza da Silva falou no I Workshop Internacional sobre Orçamento Participativo e espera que a partir de 2021-2022 se traga uma vertente mais participativa, mais activa, mais estável e contínua da presença do munícipe no OGE, para que este possa ver o orçamento participativo da sua localidade e, futuramente, das autarquias. "O munícipe tem de se reconhecer dentro do orçamento e acompanhar como são gastas as verbas e executados os projectos propostos", referiu.

Neste processo estão a participar também a DW, ADRA, UNICEF e o PNUD, que nos últimos dois anos auxiliaram a auscultação dos 164 municípios do país. "Todos contribuíram para a elaboração do Orçamento Participativo para 2022. Neste momento, estamos a terminar a compilação dos projectos, mas os municípios já têm todas as verbas que vão ser desenvolvidas no âmbito do Orçamento do Município", afirmou.

Por via online estão a participar países como Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Brasil, Alemanha e China, para passarem a sua experiência na elaboração do Orçamento Participativo, que é um instrumento de promoção da cidadania para envolver os cidadãos no processo de definição das prioridades governativas.

Criado no âmbito do cumprimento do Decreto Presidencial nº 235/19, de 22 de Julho, o projecto, que será apresentado nas 18 províncias do país, visa fomentar a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades locais, promover uma gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos ao nível local.

Estão constituídos em todo o país 61 Comitês Técnicos de Gestão (CTG) municipais, como experiência piloto para executar o orçamento. Para concretizar a iniciativa, o Ministério das Finanças atribuiu uma verba fixada em 25 milhões de kwanzas/ano às administrações municipais, para que estas, por sua vez, transfiram aos CTG, para que os municípios possam livremente escolher os projectos que entenderem como prioritários na sua localidade.

O valor é direccionado às despesas de iluminação pública, saneamento do meio, iniciativas de recreação local e será gerido pelos Comitês Técnicos de Gestão.

O município de Talatona está com um desempenho bastante favorável, segundo o seu administrador Rui Duarte que diz ter cumprido todos os procedimentos e conseguido lançar o Orçamento Participativo.

"Nós conseguimos inscrever projectos que já entraram em execução. Estamos com um desempenho favorável. Já vamos a cerca de 70% da execução do Orçamento Participativo e acreditamos que até ao final de Dezembro temos completo os objectivos e atingir esses que estão ligados ao município", disse, acrescentando que em Talatona ficaram apenas projectos de iluminação pública.

Rui Duarte esclareceu que os distritos estão identificados e que, nesta primeira fase, este ano vão colocar postes de iluminação. "O Comité determinou e é com êxito que nós já temos algumas ruas iluminadas, fruto deste Orçamento Participativo", informou.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Construção Mais de nove mil obras encontra -se paralisada em todo o País

*Novo Jornal*

*5 De Novembro de 2021*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

De um total de 10.763 edifícios projectados a nível nacional, segundo o levantamento do Instituto Nacional de Estatística (INE), apenas 934 estão em processo de construção (obras que, no momento do inquérito, apresentavam seguintes características: inacabadas, novas, reincidentes e concluídas), estando paralisadas 9.829 empreitadas. Segundo documento referente ao primeiro trimestre do ano em curso, no período em análise, o destaque incide para as obras em construção, com a província da Lunda-sul a apresentar o maior número de obras, com 226, ficando Luanda em segundo lugar, com 177, seguida do Kwanza-sul e Lunda-Norte, com 51 obras cada.

Os dados, que constam de um boletim do INE intitulado Inquérito Trimestral de Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processo de Construção (ITAEPCC) - 2021, explicam que, quanto ao propósito, as construções estão classificadas em obras para habitação e uso próprio. Na categoria de obras para habitação, sublinha o documento consultado pelo Novo Jornal, Luanda, Lunda-sul e Lunda-Norte aparecem no top três. Já na variável uso próprio, destacam-se as províncias da Lunda-sul, do Bengo, Huíla e Uíge.

O documento de 24 páginas refere ainda que, quanto à categoria de construtor, são classificadas por empresa privada, profissional/mestre de obra e familiar. Para as obras por tipo de construtor empresa privada, destacam-se as províncias de Luanda, com 17, o que corresponde a 54,8%, ficando as demais províncias abaixo de 17 obras, com média total de 45,2%. O inquérito trimestral avança ainda que as obras são classificadas por residenciais (habitação) e não residenciais (indústria, comércio, hospitais, escolas, escritórios, igrejas e hotéis).

Durante os primeiros meses do ano, descreve o ITAEPCC, as províncias que concentraram maior área bruta (superfície edificada nos diversos pisos) em metros quadrados foram Lunda-sul, com mais de 107 mil metros quadrados, seguida de Luanda, com mais

de 74 mil, e Cunene, com cerca de 43 mil metros quadrados.

O Inquérito indica que os materiais de construção mais frequentes identificados por categoria residencial e não residencial estão distribuídos segundo estrutura, parede, piso e tecto. Na residencial, por exemplo, por estrutura, destacam-se "betão e ferro"; nas paredes, destacam-se "blocos"; nos pisos, por "torta de cimento" e no tecto "chapa de zinco".

Contratados mais de cinco mil trabalhadores

O relatório mostra ainda que a recolha da força de trabalho envolvida na construção de edifícios no primeiro trimestre de 2021 está subdividida em três variáveis, nomeadamente, permanente, subcontratada e não-remunerada.

Durante o período em análise, estiveram envolvidos na construção de edifícios 5.605 trabalhadores, o que representa redução de mais de 800 trabalhadores, se comparar ao último trimestre de 2020 (Outubro, Novembro e Dezembro), em que foram contratados 6.407 trabalhadores. Entre os empregados contratados neste ano, 4.112 são permanentes, 1.350 subcontratados e 143 não remunerados.

As obras em processo de construção no primeiro trimestre declararam um custo médio mensal da mão-de-obra em kwanzas no valor de 163. 593. 314. Este custo está distribuído por residencial, com 133 182 990, e não-residencial, com 30 410 324.

O inquérito, explica o Instituto Nacional de Estatística, visa produzir informações de base para caracterizar e conhecer o avanço de edifícios nas principais cidades do País.

### 6.2 Altos preços de materiais de construção adiam «Sonho da casa própria» em Mbanza Kongo

*Jornal Economia e Finanças*

*12 De Novembro de 2021*

Construir uma casa própria por mais pequena que seja, a nível do município de Mbanza Kongo, província do Zaire, não está ao alcance do pacato cidadão.

Os elevados preços de materiais de construção civil no mercado local, mormente blocos, cimento, ferros e inertes, tornam impossível este sonho a muitos.

O facto faz com que grande parte de jovens opte pelo arrendamento ou morar em residências menos

condignas, já que, o salário não suporta os custos inerentes ao processo.

Ana Maria, 30 anos, professora de profissão, não consegue concluir a casa que vem construindo desde 2015, em função dos elevados preços de materiais de construção.

De momento, luta em obter mais recursos financeiros com ajuda do marido, para fazer face aos trabalhos finais, tais como aplicação da rede eléctrica, canalização de água potável, o reboque, o mosaico, azulejos, a loiça sanitária e outros.

"Não está fácil, hoje, construir uma casa em Mbanza Kongo. Se assim fosse, já estaria a viver na minha própria casa, tudo porque a conclusão está a levar anos em função dos altíssimos preços dos materiais de construção", lamentou.

Razão da subida dos preços

Por seu turno, o jovem pedreiro Afonso Miguel, 35 anos, que também vive em casa de renda com a mulher e três filhos, diz não entender a razão da subida de preços de alguns materiais de construção produzidos em Angola, nomeadamente o ferro, o cimento e outros, bem como os inertes que são explorados localmente.

"Antigamente, o material de construção custava muito mais barato quando era importado, mas hoje, que o ferro e o cimento são fabricados no país, estão mais caros, é incompreensível. Por exemplo, quando Angola tinha apenas uma fábrica de cimento, os preços eram mais acessíveis. Lembro-me que, chegamos a comprar o saco de cimento de 50 quilogramas a 500 kwanzas a 750", lembrou.

Por este facto, Afonso Miguel frisou que, vê o sonho da casa própria esfumar-se com o tempo, tudo porque, para quem depende de obras de clientes, que também, em função dos elevados preços de materiais de construção, tornaram-se escassas (obras), fica muito mais difícil erguer uma habitação.

"Quando faço orçamentos para os clientes, consigo acompanhar a subida dos preços dos materiais de construção e comparo-os com o passado. Na altura com cem mil kwanzas dava para iniciar uma pequena obra, hoje, nem pensar", adianta.

"Com estes preços, a ideia de construir a minha casa virou uma miragem, por isso, concentro-me apenas em desenrascar dinheiro para comer e sobreviver", disse Afonso Miguel para quem, a intervenção do Governo no sentido de inverter a situação, impõe-se.

Ana Maria, há mais de seis anos que procura acabar a casa, mostra-se indignada, pelo facto das autoridades competentes não estarem supostamente adoptar políticas que visam proteger a vulnerabilidade da economia. Para quem, o mercado de materiais de construção está desregado, tudo porque, cada dita o preço que achar conveniente.

"O Governo local deve atrair empresários nacionais ou estrangeiros que possam operar as britadeiras e alguns camiões basculantes disponibilizados pelo Executivo

Há alguns anos, mas até agora inoperantes, para aumentar a oferta de britas, areião e pedras na região", avançou.

O licenciamento de mais empresas pelo governo local, pode concorrer para a baixa de preços de inertes, na medida em que, a sua exploração seria feita em Mbanza Kongo. "Neste momento a areia vem do município do Nzeto que dista a 210 quilómetros de Mbanza Kongo. Assim vamos continuar a viver em casas de renda, em que os preços também são alterados a belo prazer dos proprietários", lamentou.

### 6.3 Casas das centralidades voltam ao mercado em 2022

*Jornal Expansão*  
19 De Novembro de 2021

O processo de venda de habitações nas diversas centralidades do País retoma a partir do primeiro trimestre de 2022 após a conclusão das infra-estruturas internas e externas dos referidos projectos.

Conforme o director nacional de Gestão Fundiária e Habitação, Adérito Mohamed, nos primeiros três meses de 2022 o sector antevê concluir e colocar à disposição dos munícipes moradias de diversas tipologias das urbanizações do Bailundo (Huambo), com três mil habitações e Luena (Moxico) com 425 residências.

A conclusão das empreitadas e posterior comercialização das residências inclui também as urbanizações do Cuito (Bié), com mais 398 habitações, KalaWenda (Cazenga, Luanda) com 368 e algumas moradias vandalizadas e em reabilitação na centralidade do Capari (Bengo),

Em Luanda, a venda das residências não inclui as centralidades do Kilamba e Sequele pelo facto de estarem todas ocupadas ou comercializadas por via dos regimes de Renda Resolúvel e Pronto Pagamento.

## 6.4 200 Casas disponíveis para antigos combatentes

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2021*

*Texto: Justino Victorino*

Pelo menos 200 residências estão disponíveis na Centralidade Fernando Faustino Muteka, no município da Caála, província do Huambo, para beneficiar 600 antigos combatentes inscritos e pessoas com deficiências físicas, no quadro do Programa do Executivo angolano de Fomento Habitacional.

Segundo o coordenador da Comissão para o Acompanhamento do Processo de Distribuição de Casas na Centralidade da Caála, Sandro Lopes, a entrega das residências vai merecer o critério de sorteio onde todos os candidatos possam concorrer em pé de igualdade.

O responsável disse que o Governo da Província do Huambo tem alertado sobre a existência de grupos ou indivíduos que, por iniciativa própria, estão a receber documentos para efeitos de atribuição de residências. Lembrou que os pressupostos de acesso às habitações construídas com fundos públicos se encontram definidas em Decreto Presidencial.

"Alguns antigos combatentes, que estão a efectuar as suas inscrições para obtenção da casa própria, mostraram-se contentes com a iniciativa do Governo do Huambo em ceder residências àqueles que lutaram pela causa justa do país", salientou.

Gervásio Gomes, antigo combatente e veterano da pátria, residente no município da Caála, mostrou-se expectante em obter a casa própria, tendo lembrado que "é o grande sonho de muita gente e, quanto antes a pessoa se interessar em adquirir um imóvel, melhor será", disse.

A nova centralidade tem a capacidade para receber 24 mil habitantes. Das 4001 habitações do tipo T3 constam 2.832 apartamentos, 808 moradias, e 361 moradias entre duplex e 240 casas comerciais.

A centralidade conta com centros de saúde, infantis, escolas primárias e secundárias, jardim-de-infância, Instituto de Formação Técnico-Profissional, Complexo Pólo Desportivo e outras dependências.

## 7. TERRA

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Angola, o trade – off da crise climática

*Jornal Expansão*  
19 De Novembro de 2021

É inegável a importância que já teve, tem e ainda terá o sector petrolífero para a economia nacional. Por via daquele sector da economia nacional conhecemos, após período de guerra civil, momentos de prosperidade e crescimento económico comparáveis aos períodos coloniais. Entre 2002 e 2014, a economia angolana experimentou taxas de crescimento invejáveis diante das suas congéneres da região ao sul do Sahara,

Segundo os Relatórios Económicos de Angola, produzidos anualmente e trimestralmente pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola e pelo Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola, respectivamente, bem como do que é veiculado nos relatórios de fundamentação dos Orçamentos de Estado, publicados anualmente, o peso do sector petrolífero tem vindo a reduzir paulatinamente, sendo justificado por diversas razões, quer pela sazonalidade (volatilidade) dos preços, cortes na produção, cessação contratos de exploração em território nacional, entre outros.

No entanto, é de conhecimento público a vontade do presente Executivo em retirar melhor proveito desta commodity (o petróleo), com vista a obter vantagens, para além das comparativas, invocando questões de autonomia, soberania e segurança nacional. Nesta senda, foi anunciada a constituição de investimentos milionários em refinarias para o aumento da capacidade de produzir os derivados do petróleo em território nacional.

Haverá mal algum? Inicialmente, parece-nos ser a mais sensata de todas, mas será mesmo? Se analisarmos o cenário internacional, já não nos parece ser racional investir e/ou captar milhares de milhões USD para financiar uma série de projectos que, dentro de 20 ou mais anos, serão tidos como obsoletos!

E a mais forte de todas as evidências foi o compromisso assumido pelo Presidente da República, aquando de sua participação na cimeira do Clima, vulgo COP 26, que se realizou de 31 de Outubro a 12 de Novembro de 2021, quando, no seu discurso afirmou ser vontade do seu Executivo reestruturar a

matriz energética nacional, que hoje incorpora 62% de fontes não poluentes de energia ambicionando chegar aos 70% em 2025. Como frisou o Presidente João Lourenço, "a República de Angola considera as alterações climáticas um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta, pelo conjunto de efeitos directos e indirectos que causam à vida económica e social das nações, facto que constitui um verdadeiro desafio ao desenvolvimento".

E é nesta senda que o complicador é activado! Se, por um lado, entendemos que é urgente a necessidade de se obter maior independência ou autonomia no que se refere à obtenção dos derivados do petróleo e, portanto, sejam racionais a captação de financiamento para a construção de refinarias "um pouco por todo país", por outro, surgem choques sonantes, quando assumimos diante da comunidade internacional que pretendemos reduzir, sempre que possível, a utilização de combustíveis fósseis, ricos em gases de efeito estufa. Como numa "encruzilhada", os destinos de Angola parecem não conhecer o seu norte, pois os ideais ecológicos e ambientais colidem com grande ímpeto nos ideais políticos económicos e financeiros da nação. Então, seria este um divórcio iminente, sem qualquer forma de reconciliação? Para nosso alívio, claro que não. Outras formas e medidas "podem e devem" ganhar protagonismo, principalmente diante do cenário aqui desenhado.

As alterações climáticas constituem-se como uma das grandes mazelas "endémicas", senão mesmo dizer "pandémica" das sociedades modernas e, embora Angola ainda não tenha o seu parque/tecido industrial devidamente constituído e bem solidificado, com o surgimento das refinarias, "um pouco por todo país", associadas às reformas administrativas e tributárias que hoje ganham corpo, será uma questão de tempo até que todo o processo se efective.

Portanto torna – se urgente a missão de “enverdecer” as indústrias nascentes “e Angola detém quase como ninguém vantagens competitivas e comparativas neste domínio. Sendo cada vez mais notórios os efeitos das alterações climáticas, e como estes são fortes catalisadores da proliferação das assimetrias regionais, do êxodo rural e dos processos de transumância que, com grande frequência, são sentidos no sul do país, é necessário investir fortemente em medidas de prevenção às alterações climáticas, pois, embora seja um problema fortemente debatido por toda Europa (pelo menos na ocidental, em especial na União Europeia), os seus mais intensos efeitos são sentidos em Africa, sendo endémicos nas regiões austral e oriental, em especial no corno de África e em boa parte da Ásia.

Pela primeira vez em muitos anos, Angola poderá sair na linha da frente e, junto com as demais congéneres, assumir protagonismo e não ficar de fora, ou ser visto/tido como mero espectador na arena internacional.

Assim sendo, sugerimos que Executivo enfoque as suas preocupações no combate acirrado às alterações climáticas e não somente no efeito, sob pena de ter de, com excessiva frequência, socorrer as populações assoladas pelas suas candidas de difusão dos seus efeitos positivos (externalidades positivas) para as regiões adjacentes àqueles municípios.

Retornando às vantagens, Angola poderá obter vantagens comparativas e competitivas na produção de "Hidrogénio Verde" (a próxima grande aposta na substituição do ouro negro, o petróleo) pois goza, de forma abundante, de bacias hidrográficas e de um clima tropical que o colocam na linha da frente, entre as nações (dotação divina da natureza) capazes de produzir este bem que, com certeza, se reverterá em grandes fontes de receita bruta para o país. Para isso, são necessários fortes e "sérios" investimentos em formação de quadros e atracção de investimento directo estrangeiro, sobretudo do Japão, pioneiro no processo, com quem Angola tem boas relações diplomáticas, podendo ambos retirar benefícios.

Se, por um lado, com os dividendos advindos da exploração petrolífera conseguimos financiar boa parte das necessidades colectivas. Por outro, ao fazê-lo (a intensa exploração do petróleo) permitimos que as nações mais poluidoras (em especial a China, nosso maior parceiro comercial) inserissem igualmente na atmosfera uma quantidade exacerbada de gases de efeitos estufa que, no longo prazo, revertem em períodos longos de estiagem, incêndios, monções e enxurradas no nosso território, assim como nos territórios dos nossos parceiros comerciais. Isto traduz-se numa perda de potenciais receitas e aumentos extraordinários de despesa pública para acudir com urgência as populações afectadas e à correcção dos danos gerados.

O velho adágio popular sobre o indivíduo que, voluntariamente, ingere veneno letal e espera ansioso pela morte do seu opositor, parece – se muito com a nossa “sina”, caso as medidas expostas não sejam observadas com rigor.

## 8.2 Elisal facturou mais de quatro mil milhões kz no último trimestre

*Jornal Expansão*

*19 De Novembro de 2021*

*Texto: Graciete Xavier*

A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL-E.P) facturou nos últimos três meses mais de quatro mil milhões kz com a limpeza de mais dois municípios, Belas e Cacuaco, depois do Governo Provincial de Luanda (GPL) ter rescindido o contrato com as empresas de limpeza e saneamento básico Jump Business Lda. e Multilimpezas Lda. por incapacidade de acção.

Neste momento, a ELISAL é responsável pela limpeza dos municípios de Luanda, Cazenga,

Belas e Cacuaco. Em entrevista ao Expansão, o presidente do de Administração da ELISAL, Gonçalves Imperial, fez saber que o facto de o GPL ter responsabilizado a ELISAL na limpeza de mais dois municípios obrigou a empresa a tomar algumas decisões emergente para responder à demanda.

"No último trimestre a empresa fez ainda a aquisição de mais de 30 meios técnicos como camiões, basculantes, compactadoras, cisternas e camiões. de lavagem. A empresa procedeu ainda à contratação de mais de 300 novos funcionários já experientes e provenientes de outras operadoras", disse o gestor.

A venda desordenada na via pública, vandalização de meios, falta de segurança para os técnicos que trabalham no período nocturno, mau estado das vias comunicação, além dos catadores de lixo que colocam os resíduos no chão e que em alguns casos são agressivos com os técnicos; são apontados por Gonçalves Imperial como as maiores dificuldades enfrentadas pela empresa.

A ELISAL regressou aos lucros em 2020, alcançando um resultado líquido de 8.821 milhões kz se comparado com os 3.057 milhões kz em prejuízos registados no ano 2019.

No ano passado, as receitas da empresa aumentaram substancialmente graças à subida da prestação de serviços. Ao todo, a empresa recebeu 20,2 mil milhões kz dos clientes. Actualmente, a província de Luanda produz cerca de 2,5 milhões de toneladas de lixo por ano.

### 8.3 Estação de tratamento de resíduos

*Jornal Economia e Finanças*  
26 De Novembro de 2021

Além da construção de mais quatro naves, sendo uma para criação e três de posturas, a Angola aves aposta, também, na construção de uma estação de tratamento de resíduos, onde os dejectos da galinha deverão merecer o devido tratamento.

"Queremos ter aqui 90 mil aves, ou seja, queremos atingir 80 por cento da capacidade instalada, para produzirmos mais de 30 mil ovos por hora", adiantou Pedro de Almeida, acrescentando que a empresa não pretende apenas construir novos pavilhões, mas também aumentar a capacidade eléctrica e melhorar as condições de acomodação dos trabalhadores.

A Angola aves conta com um Posto de Transformação de Energia (PTE) de 50 KVA, mas a tendência é aumentar para 630 KVA. A rede de distribuição de água está ligada à Empresa de Águas de Luanda (EPAL). Mas os cortes sucessivos no fornecimento do produto vital criam sérios transtornos no funcionamento normal dos aviários.

"Pelo menos duas vezes por semana, somos obrigados a requisitar um total de 20 cisternas, para assegurarmos a limpeza do espaço e darmos de beber às galinhas", concluiu Pedro de Almeida.

### 8.4 Província de Luanda vale 58% da dívida de 200mil milhões kz da ENDE

*Jornal Expansão*  
26 De Novembro de 2021  
Texto: Graciete Xavier

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (EN- DE), tem por receber dos seus clientes, espalhados por todo o País, cerca de 195,4 mil milhões kz. O departamento comercial da empresa confirma que estes dados se referem ao final de Setembro e que o valor tem vindo a aumentar, não sendo possível até este momento estancar a acumulação das dívidas.

Há dois anos o Expansão publicou um artigo em que explicava que as dívidas com a ENDE tinham ultrapassado os 100 mil milhões kz, mais precisamente 101,4 mil milhões Kz, o que significa que nos últimos 24 meses este valor aumentou 92,4%. Na altura foi-nos explicado pelo director comercial, Marcos Balanca, que a taxa de cobrança

mensual era de 80% e que a taxa de recuperação de atrasados se situava entre os 7 e os 10%. O que em termos práticos significava que todos os meses aumentava.

Se olharmos para o que aconteceu nestes dois anos, podemos confirmar que em média o valor da dívida cresceu 3,9 mil milhões kz por mês. Apesar de uma maior agressividade na recuperação das dívidas e da implementação de contadores pré-pagos não há ainda sinais de se poder inverter este fenómeno.

Particulares são os maiores responsáveis

Do valor global a receber, 81% corresponde a 158,6 mil milhões kz com origem em clientes particulares, sendo que houve um aumento significativo nestes dois anos. Em Setembro de 2019 esta parcela correspondia a 66,5 mil milhões kz e cresceu quase 140%, o que pode ser explicado em parte pela crise que se vive no País e pelos efeitos da pandemia, sendo que durante alguns meses estiveram suspensos os serviços de corte, que só retomaram a partir este ano e não impediram que estes valores se acumulassem.

Já no que se refere às instituições públicas e privadas, onde se juntam ministérios, empresas, governos provinciais e outras entidades, a dívida nos últimos dois anos mantém-se estável: passou de 34,8 para 36,7 mil milhões kz, naqueles que são os primeiros sinais de estancamento deste fenómeno. Tem havido um esforço na recuperação dos valores em atraso mas existem organismos onde não é possível utilizar uma política de cortes, como quartéis, hospitais e serviços de telecomunicações, entre outros.

Um dado curioso prende-se com a dívida por cliente, ou seja, para um valor global de 195,4 mil milhões kz e um número de clientes de 1,685 milhões, o que indica que cada cliente deve à ENDE quase 116 mil kz. Há dois anos este rácio era de 68 mil kz, um aumento de 70%.

Luanda lidera

Com cerca de um milhão de clientes, a província de Luanda é responsável por mais de metade da dívida (58%), equivalente a mais de 84,5 mil milhões kz. Este acumulado é repartido por quatro centrais de distribuição Viana, Kilamba Kiaxi, Ngola Kiluanje e Ingombota - que são responsáveis pelos clientes de toda a província.

A dívida agregada à primeira, Viana, é de 29 mil milhões Kz, da central de Kilamba Kiaxi, que é a maior em termos de território (junta Camama, Kilamba, Campus Universitário, Belas, Talatona, Kilamba Kiaxi, Benfica, Barra do Kwanza,

Cabolombo, Golfe, Nova Vida, Mussulo e Ramiro) tem um acumulado de 21 mil milhões kz, a central de Ngola Kiluanji é responsável por atrasados de 19 mil milhões kz e a central da Ingombota tem 14 mil milhões kz para recuperar.

Na lista das províncias mais devedoras segue-se a Província de Benguela a com uma dívida avaliada em mais de 16,9 mil milhões Kz, Cabinda e Huíla vêm a seguir com valores que rondam 9mil milhões kz em dívida. O Cuando Cubango é a província que tem o valor mais baixo: a dívida é estimada em 973 milhões Kz. Este é um assunto antigo que a empresa tem debatido nos últimos anos, tendo em conta que muitos clientes se furtam a pagara conta de energia e outros só pagam mediante medidas coercivas.

As entidades da administração pública do Estado, institutos públicos, empresas públicas e de comunicação social também fazem parte dos clientes da ENDE que menos pagam. Segundo dados da empresa, oito em cada 10 empresas e instituições públicas não pagam o consumo de energia eléctrica. Até ao fim de 2020 a dívida destas organizações era estimada em mais de 24 mil milhões kz.

Segundo a direcção, para a recuperação dos valores em dívida a ENDE tem negociado com os clientes para o pagamento em prestações, mas muitos mostram-se indisponíveis para aceitar esta solução. Perante este quadro, vários projectos da ENDE encontram-se paralisados em algumas províncias do País por insuficiência de recursos financeiros.

## 8.5 Bornito de Sousa preside sessão do Conselho Nacional de Águas

*Jornal de Angola*  
27 De Novembro de 2021  
Texto: Marcelo Manuel

O Vice-Presidente da República de Angola, Bornito de Sousa, desloca-se hoje ao município de Cambambe, província do Cuanza-Norte, para presidir à V Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Águas (CNA).

Segundo um comunicado de imprensa dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República, serão analisados a situação das doenças de origem hídrica no país, o lançamento das obras de construção das barragens do Ndue e Calucuve, na província do Cunene, e as obras estruturantes de combate à seca no Sul do país.

Coordenado pelo Vice-Presidente da República, ao abrigo do Decreto Presidencial 76/17 de 20 de Abril,

que também a cria, o Conselho Nacional de Águas é um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, de coordenação e articulação entre os Departamentos Ministeriais ligados directa e indirectamente ao planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos, no contexto das bacias hidrográficas, nacionais e compartilhadas pelo Estado angolano.

## 8.6 Catação de lixo “ exige sacrifício, mas é recompensador”

*Jornal Economia e Finanças*  
29 De Novembro de 2021  
Texto: Fula Martins

A rotina dos cantadores de lixo começa às primeiras horas da manhã e, apesar do intenso calor que enfrentam todos os dias, não medem esforços para conseguir o sustento das famílias. Sem nenhuma protecção e com o risco de apanharem uma doença, acreditam que "só Deus ajuda para que nada de mal aconteça".

Com pau na mão, Mário Laton vasculha de lixeira em lixeira à procura de materiais ferrosos e plásticos na zona do Benfica. A recolha de lixo, que depois é vendido a peso em algumas fábricas, ajuda a aumentar os rendimentos da família.

Órfão de pai, Mário Laton é o mais velho de cinco irmãos, por isso sente-se na obrigação de ajudar a mãe, que se dedica à venda ambulante para o sustento da casa." A vida não está fácil, principalmente, nesses últimos dias. Por isso, sinto-me na obrigação de ajudar a minha mãe e também com o objectivo de nunca deixar de estudar, no sentido de dar uma vida melhor aos meus irmãos e a minha querida mãe", conta o jovem, com muita convicção.

Marta Catraio, 38 anos e mãe de cinco filhos, dedica-se à recolha de lixo há três anos, no município de Cazenga. À reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda admite que é um "trabalho doloroso".

"É um trabalho que exige sacrifício. Tenho que levantar da cama muito cedo, para conseguir alguma coisa, porque se tarde já não encontras nada", conta Catraio que, apesar dos sacrifícios consentidos, reconhece igualmente que ser catador deixou "é recompensador".

"Nos últimos meses assiste a um ligeiro atraso no pagamento devido à falta de dinheiro, mas continuamos a fazer o trabalho e, por vezes,



vendemos o produto às empresas que fazem reciclagem", refere.

A história do sofrimento é partilhada por Cecília Nkangalo, 53 anos. Residente em Viana, ela recolhe, essencialmente, latas de cerveja e refrigerantes, por serem os mais reciclados e de valor.

Conta que a jornada começa' logo ao nascer do sol, com a identificação de locais para a recolha do material. "Tenho de acordar cedo e procurar naqueles locais onde houve festas ou vendem bebidas", disse.

Depois da recolha, explica Nkangalo, as latas são amassadas e armazenadas em sacos para serem levadas às empresas de reciclagem.

Considera "baixo" os rendimentos obtidos com essa prática, mas também admite que, dê forma, consegue o mínimo para alimentação da família. "Pelo menos as crianças não passam fome", disse.

Há dois anos que Gabriel Lopes é catador de latas, papelões e garrafas de vidro e plástico. Durante esse tempo, tem conciliado a actividade de recolha de com a venda de água fresca em plástico.

Devido à experiência, Gabriel Lopes, que é estudante da " classe, no período nocturno, tem aproveitado o tempo para explicar aos vizinhos do Sambizanga diferença que existe entre o lixo que pode não pode ser aproveitado.

"Acham que catador de lixo é burro, mas a verdade é que fizemos um trabalho de base. É preciso saber o que dá para usar ou não. Nem todo o plástico serve e as latas devem estar limpas", explicou.

Os preços variam conforme o peso do produto. Um quilograma de alumínio custa 225 kwanzas, o ferro fica entre 35 e 45 kwanzas, a garrafa de vidro é vendido a 17, papelão a 10, plástico duro entre 100 e 150 e garrafas de plástico a 100kz.

## 8.7 ONG quer casas de banho para meninas nas escolas

*Novo Jornal*

*26 De Novembro de 2021*

A organização não-governamental Mosaiko apresentou um relatório no qual demonstra a falta de paridade de género em Angola. No documento, a Mosaiko pede a intervenção do Governo para que seja garantida a existência de iluminação nos acessos às escolas, casas de banho e água corrente, para permitir que as meninas possam ter acesso a higiene e alguma privacidade durante o período menstrual, de

modo a minimizar a taxa de abandono escolar entre raparigas, que, a partir dos 14 anos, atingindo 54% aos 15, 63% aos 16 e 92% aos 17.

No relatório Políticas Públicas Inclusivas numa perspectiva de Género, apresentado esta semana, a ONG pública os resultados de 149 entrevistas em grupos e de inquéritos conduzidos entre Junho de 2019 e Novembro de 2020. Os inquéritos foram feitos a 692 agregados familiares em 15 municípios nas províncias do Uíge, Luanda, Benguela, Huambo e Huíla.

Também a distância que as raparigas têm de percorrer até à escola e os riscos de segurança que isso representa estão destacados neste estudo, assim como a questão do assédio e abuso sexual por parte de professores, funcionários da escola e colegas de turma.

A ONG defende que o Ministério da Educação faça um levantamento das condições das escolas e do acesso à escola na perspectiva de género, tendo em conta indicadores como número de casas de banho para meninas, casas de banho com água corrente, vias de acesso à escola com iluminação e outros meios que contribuam para a continuidade das meninas e raparigas na escola.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Angola comprometida com igualdade de género

*Jornal de Angola*  
14 De Novembro de 2021

O Executivo angolano está comprometido e engajado nas acções e programas para a integração, igualdade de género, políticas de defesa, segurança interna e de cooperação para o desenvolvimento, afirmou ontem, em Luanda, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves.

Falando na reunião virtual de ministros de Género da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), disse que o comprometimento angolano se traduz em instrumentos-chaves na implementação das políticas e disseminação das preocupações relacionadas com a mulher, paz e segurança, com acções mais eficazes, devidamente articuladas entre os vários departamentos ministeriais com responsabilidades nesta área.

Faustina Alves realçou o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Angola, baseado na aprovação, em 2017, do Plano Nacional de Acção para a Implementação da Resolução 1325 e que responde o apelo das Nações Unidas para uma responsabilidade política inerente a esta temática fundamental.

Segundo a governante, é objectivo comum que se reflecta em torno de temáticas ligadas à igualdade de género e à protecção dos direitos das mulheres em consonância com os compromissos internacionais e regionais.

Para si, o mundo teve de realinhar as estratégias em consequência das restrições impostas pela Covid-19, considerando que os assuntos escolhidos visam a salvaguarda das comunidades na Região, sobretudo dos países ainda em conflito armado, onde, infelizmente, as principais vítimas são crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosas.

De acordo com Faustina Alves, que presidiu a sessão e felicitou as ministras responsáveis pelas questões de género nos 12 Estados-membros da CIRGL, a reunião acontece num momento em que o mundo está a comemorar 21 anos da Resolução 1325 Sobre Mulher, Paz e Segurança do Conselho das Nações Unidas.

Reconheceu, igualmente, que é preocupação do secretariado da CIRGL trabalhar na elaboração de instrumentos normativos que irão contribuir para a inserção de mulheres nestes processos, apostando em projectos e estratégias multisectoriais para a adaptação de um novo modelo de defesa e segurança e na manutenção da paz na região.

Admitiu, também, que o progresso relacionado à participação das mulheres nos processos de Paz e Resolução de conflitos e pós-conflitos, a nível mundial, tem sido muito lento, apesar dos factos mostrarem que quando as mulheres se sentam à mesa de negociações as probabilidades dos acordos de paz duram muitos anos.

Para a ministra, a década de 90 foi o período em que a percepção das questões relativas à situação das mulheres e à igualdade de direitos e oportunidades, na perspectiva de protecção, promoção e realização de direitos humanos, foi compreendida, dando início às grandes conferências internacionais.

A conferência serviu também para se discutir as linhas do relatório 2020, do plano de acção regional e a base do mecanismo de operacionalização da agenda da mulher, paz e segurança da Resolução 1325. Esse relatório assenta em quatro pilares, entre os quais a participação da mulher na Defesa e Segurança, proteger as crianças, meninas, por serem as mais afectadas.

Desde que Angola assumiu a presidência do órgão, vários instrumentos têm sido debatidos em questão do género, com maior relevância para a violência contra as mulheres e a criação de orçamentos nos sectores, para implementação dos programas de empoderamento. Para a resolução de alguns conflitos ligados ao género, a ministra avançou que se está a criar uma rede de mulheres líderes africanas.

De acordo com o relatório das Nações Unidas de 2019 sobre Mulheres, Paz e Segurança, os acordos de paz com disposições sobre igualdade de género, que eram de 14% em 1995, aumentaram para 22%. Em todo o mundo, em média, as mulheres representaram 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários dos principais processos de paz entre 1992 e 2019.

Objectivos de desenvolvimento sustentável.

A propósito, Faustina Alves assumiu que a região tem se preocupado com esta questão e colocado a mesma como prioridade, considerando uma via conducente a melhorar os resultados de desenvolvimento da região e consequentemente das agendas 2063 sobre a África que se quer e a da ONU 2030 sobre os Objectivos de

Desenvolvimento Sustentável e para ninguém ficar atrás.

Lembrou que a Defesa e Segurança, como área estratégica, desempenha um papel fundamental nas sociedades, não só por contribuir para a segurança, estabilidade do país e bem-estar das populações, mas também na promoção da mulher neste sector tradicionalmente constituído por homens, do qual as mulheres continuam a ter poucas oportunidades na dinâmica da resolução de conflitos, nos processos de mediação e manutenção de paz, bem como na liderança destas em todos os processos pré-eleitorais e durante as eleições dos países.

A ministra fez referência aos principais dispositivos legais e compromissos da ONU destinados à protecção e promoção dos direitos de mulheres e meninas como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o Protocolo Opcional, bem como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e o Protocolo sobre Crianças e Conflitos Armados.

A estes desafios, prosseguiu, em "Angola regista-se com satisfação progressos relativamente à participação de mulheres em missões de paz e processos eleitorais; criação de equipas especializadas para participação em missões internas/externas pelas forças de Defesa e Segurança angolanas e Serviços de Protecção Civil e Bombeiros; criação da página web sobre a Resolução 1325, em Angola, que tem servido de alavanca na disseminação de informação (...) nos vários processos de manutenção de paz, resolução de conflitos, entre outros".

Apesar dos progressos alcançados, Faustina Alves disse que os resultados continuam muito distantes dos objectivos fixados, pois a implementação das questões relacionadas à mulher, paz e segurança ainda são pouco conhecidas, constituindo uma barreira para o desenvolvimento e inclusão de mediadoras e negociadoras nos grandes processos de paz.

Por outro lado, a governante defendeu respostas urgentes, concertadas e inclusivas para a violência sexual praticada em situações de conflito como arma de guerra, a falta de prevenção e protecção das mulheres e meninas nas zonas fronteiriças de modo a impedir que sofram violações dos seus direitos humanos.

Para o efeito, associou-se à visão assertiva e holística do Presidente da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), João Lourenço, que realçou no seu discurso, por ocasião da Cimeira

Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da organização, a necessidade de uma "resposta colectiva a estes desafios".

"Instamos a todos os presentes nesta sala, quer presencial como virtual, a contribuírem e a exercerem as suas responsabilidades para garantir que nenhuma das partes envolvidas nestes processos restrinja de forma alguma os direitos, liberdades civis ou cidadania das mulheres", concluiu.

## 9.2 Marginais instalam terror e deixam rasto de sangue

*Jornal Luanda*

*15 De Novembro de 2021*

*Texto: Fula Martins*

Sem medo, os marginais levam tudo que encontram pela frente, desde viaturas, electrodomésticos, dinheiro, jóias, telemóveis, computadores, entre outros. E quem ousar resistir aos seus intentos corre o risco de perder a própria vida.

A venda e consumo elevado de drogas, falta de patrulhamento; obras abandonadas e falta de iluminação pública são apontadas como as principais causas dos crimes.

Morador, há vários anos, do bairro Belo Horizonte, distrito urbano do Kikuxi, município de Viana, Soba Martins (nome fictício) disse que a criminalidade aumentou devido à venda de "drogas pesadas" por pessoas estranhas que surgiram recentemente no bairro. Os marginais, acrescenta, têm idades compreendidas entre 14 e 32 anos. "Esses jovens consomem essas drogas pesadas, como cocaína, libanga e ecstasy, para realizarem os assaltos. Quando estão sob efeitos dessas drogas, parecem endemoniados", afirmou.

Evaristo Longo, residente no bairro da Estalagem, disse que, devido ao aumento da criminalidade, "estão proibidos de dormir" para estarem sempre em estado de alerta. A casa e a pequena cantina já foram várias vezes alvo de assaltos. "Muitas vezes tive de pedir ajuda a familiares para passarem a noite aqui, munidos de paus, pedras e catanas, para nos defendermos dos meliantes", revelou.

António Lopes, morador da Boa-fé, também no distrito urbano do Kikuxi, já foi, igualmente, vítima dos "amigos do alheio". Numa noite, enquanto convivia com os amigos numa das roulottes do bairro, viu ser-lhe "desmontado" o telefone a poucos metros de agentes da Polícia Nacional. "Os bandidos

daqui do bairro há muito perderam o medo, até mesmo da Polícia", lamentou.

No bairro dos Seis Cajueiros, Santana Lopes não foi poupado pela ousadia dos meliantes. A casa onde mora fica localizada a 400 metros da 41 a Esquadra da Polícia Nacional e de um posto de abastecimento de combustível, mas isso não inibiu os marginais de assaltá-la. Levando consigo telefones, televisores plasma e uma botija de gás.

Na retirada, os malfeitores atingiram "Ti Lobão", como é tratado pelos mais próximos, com dois tiros no braço e na clavícula do lado direito. A vítima foi socorrida no Hospital do KalaWenda, mas, dada a gravidade dos ferimentos, foi transferido para o Hospital do Prenda, onde recebeu assistência médica.

"Foram momentos de terror, que dificilmente serão esquecidos", admitiu Santana Lopes, que pede maior "agressividade" por parte da Polícia Nacional, para conter a onda de criminalidade. "A Polícia precisa de ser agressiva com esses bandidos, porque não podemos continuar a viver com medo. Por pouco perdi a vida por causa desses marginais", apelou.

Numa semana, César João, morador do bairro Calemba II, foi vítima de duas tentativas de assalto. Na primeira, os meliantes viram os seus intentos gorados quando foram apanhados e entregues às autoridades policiais. Na segunda, que ocorreu por volta das 2h30, do dia 28 de Agosto deste ano, os criminosos conseguiram escapar, mas sem levar nada.

Além de ser vítima, César João também já presenciou outros assaltos. A semana passada, conta, uma jovem ficou sem o telemóvel e valores monetários não quantificados, quando foi interpelado por marginais, numa altura em que se dirigia à escola com o propósito de fazer prova. "Foi em pleno dia. Havia muitas pessoas a circular, mas nem mesmo isso impediu os marginais de assaltarem a pobre jovem", lamentou.

### 9.3 População faz justiça por mãos próprias

*Jornal Lunada*

*15 De Novembro de 2021*

CANSADA DE assaltos em qualquer hora do dia, a população coça a fazer justiça por mãos próprias. com a queima de criminosos. A prática, muito usada no passado. é a solução encontrada pelos familiares das vítimas dos assaltos perante a inércia das autoridades.

Por norma, a população usa pneus. gasolina e outros objectos para queimar os marginais. No bairro dos Seis, no distrito urbano da, estatalagem, o espaço defronte aos alão do Genix" é o local preferencial para os "julgamentos sumários" feitos pela população.

Há dias, dois supostos marginais do bairro, conhecidos como "Matumona ' e "Pau Verde", foram carbonizados naquele local onde a reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda ainda encontrou vestígios do acto.

Segundo moradores que preferem em o anonimato, 'Matumona ' foi carbonizado por ter furtado a motorizada. Já "Pau Verde" recebeu sentença de morte por ter roubado uma botija de gás.

Queimar os gatunos é uma iniciativa apoiada por quase todos os moradores do bairro. Mas encontrar quem assume participação nesses " julgamentos sumários " é difícil, mas não impossível

A nossa reportagem, dois jovens assumiram ter participado em actos do género

Sem se identificarem, revelam que, um dia, enquanto consumiam bebidas alcoólicas na rua, por volta da meia – noite apanharam um jovem com um televisor plasma, roubado em casa de um dos amigos.

"Apanhamos o gatuno e lhe espancamos até ficar inconsciente. Depois lhe colocamos num pneu e ateamos fogo", conta u dos jovens, sem remorso, acrescentando que, seguidamente, ligaram á polícia para recolher o cadáver.

Tal como no bairro dos Seis, no Palanca é moda queimar os gatunos, porque, justificam os moradores, "os ladrões são detidos pela Polícia, mas depois são soltos e vistos no bairro a praticarem os mesmos actos".

Os moradores do Palanca também queixam – se da morosidade da polícia em dar resposta aos pedidos de socorro " As pessoas ligam e nem sempre atendem. E quando atendem demoram uma eternidade para aparecer. Entretanto. Os criminosos fazem das suas. Estamos cansados com a situação, por isso acabamos por fazer justiça por mãos próprias ", justifica Lopes Teixeira (nome fictício), que exerce actividade de moto – taxista.

Embora tenha negado a participação em actos do género, garante que os moradores são unidos e quase todos os dias queimam os larápios." Já perdemos a conta de quantos Jovens foram carbonizados por fazerem parte de assaltos"afirma.

## 9.4 Psicóloga e sociólogo defendem que violência contra a mulher seja considerada questão de saúde pública

*Jornal de Angola*

*25 De Novembro de 2021*

*Texto: Edna Mussalo*

“Uma em cada três mulheres, aproximadamente 736 milhões, já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, praticada pelo parceiro, diz a psicóloga Suzana Diogo, acrescentando que numa sociedade tão africanizada como a nossa é quase inadmissível uma mulher abster-se da prática sexual com esposo, por alguma indisposição física ou psicológica.

Para o sociólogo António Catemba, o assunto deve ser discutido todos os dias e talvez reforçado nos currículos das escolas do ensino secundário, de modo a termos uma melhor consciência colectiva”. À reportagem. A violência contra a mulher deve ser vista como uma questão de saúde pública, defendeu, esta quarta-feira(24), em Luanda, a psicóloga Suzana Diogo, acrescentando que, lamentavelmente, ainda vivemos numa sociedade carente de princípios éticos e morais.

"É pena que a grande maioria entende a violência doméstica como sendo apenas actos físicos, mas é importante refazer esse conceito, inculcando nas pessoas que todo acto, desde o mais subtil ao mais evidente, que lese a moral, psicológica ou fisicamente outrem constitui acto de violência", reforçou.

Suzana Diogo disse ser importante referir que, além da violência doméstica, existem outras formas de agressão contra a mulher, como a exploração e abuso sexual, mutilação genital, casamento forçado ou precoce, relacionamentos abusivos e outros.

A psicóloga adiantou que, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres, aproximadamente 736 milhões, já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, praticada pelo parceiro.

"Podemos dizer que toda acção violenta contra a mulher tem efeitos sobre a sua saúde mental. Todo acto de violência interfere com a vida da vítima directa e indirectamente, como por exemplo as crianças, que, segundo estudos, aprendem por observação e acabam traumatizadas, ao ver a mãe ou a irmã a ser agredida", explicou.

Acrescentou que existem outras formas e actos de violência contra a mulher que têm tido pouca

atenção. "Embora seja um assunto tão popular, ainda estamos muito longe de erradicar a violência, pois vivemos cada vez mais numa sociedade repleta de machismo, preconceitos e discriminação contra a mulher".

Em Angola, lamentou, a justiça ainda não pesa tanto sobre os agressores, fazendo com que muitas vítimas permaneçam em silêncio, por falta de apoio legal, psicológico e até médico. "Uma forma silenciosa de violência doméstica é o abuso sexual no relacionamento, caracterizado pelo sexo não consentido. Numa sociedade tão africanizada como a nossa é quase inadmissível uma mulher abster-se da prática sexual com o esposo por alguma indisposição física ou psicológica. Quando ela consegue ter uma certa autonomia corporal, infelizmente é vista como desrespeitosa ou ainda acusada de traição", criticou.

Em muitas sociedades, acrescentou, as mulheres vivem com estereótipos e caso não sigam o padrão de comportamento estabelecido são encaradas como antissociais ou autoritárias.

"A mulher vítima de violência pode se tornar agressiva e nalguns casos recorrer ao suicídio ou homicídio, como forma de acabar com o sofrimento", sublinhou Suzana Diogo, que acredita que nem todas as mulheres entendem quando estão diante de um relacionamento abusivo, por desconhecimento total do fenómeno ou porque o "parceiro" faz questão de justificar as acções como demonstração de amor.

"A OMS reforça que a violência conjugal é a forma de violência contra a mulher mais recorrente no mundo e afecta 641 milhões de vítimas".

No país, destacou, muito se fala de violência psicológica, moral e outras, mas, na realidade e ao que parece, as únicas puníveis são a física e a sexual, facto que é lamentável. "É importante que cada mulher vítima de violência saiba procurar ajuda e cada uma se doe ao diálogo com alguém de confiança e nunca manter-se calada", apelou.

Sociólogo é a favor da divulgação da Lei

O sociólogo António Catemba considera negativa a violência contra a mulher, que não deve ser recordada apenas no dia 25, altura em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Geralmente, explicou, o fenómeno tende a ter dimensões mais amplas em comunidades ou em sociedade, cujas famílias são muito vulneráveis.

O grupo etário mais afectado é o das mulheres dos 15 aos 39 anos. "É neste grupo alvo onde se verifica maior número de assédios e violações sexuais contra as mulheres. "Actos do género envergonham o sistema judicial angolano, que muitas vezes não presta atenção especial às mulheres mais vulneráveis", lamentou.

Para António Catemba, a data deve servir para se fazer um trabalho profundo na moralização da sociedade, para a construção de um homem novo. "Infelizmente, só relembramos quando avizinha-se a efeméride", criticou, acrescentando que há necessidade de maior democratização de informação, de modo a salvaguardar os direitos das mulheres.

"Precisamos fazer mais para que os infractores sintam que viver em sociedade requer respeito das normas sociais. O assunto deve ser discutido todos os dias e talvez reforçado nos currículos das escolas do ensino secundário, de modo a termos uma melhor consciência colectiva", concluiu.

#### Surgimento da efeméride

O Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres celebra-se todos os anos a 25 de Novembro. A data visa alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente casos de abuso ou assédio sexual, maus tratos físicos ou psicológicos.

Em 1999, as Nações Unidas (ONU) designaram oficialmente o dia 25 de Novembro como Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres. Desde então tem sido comemorada no mundo.

A data está relacionada com a homenagem às irmãs Pátria, Maria Teresa e Minerva Maribal, presas, torturadas e assassinadas em 1960, a mando do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo. As irmãs tornaram-se um símbolo mundial de luta contra a violência que vitimiza mulheres.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

*Jornal de Angola*

24 De Novembro de 2021

Texto: Alfredo Ferreira Jornalista

Cento e trinta famílias que ficaram desalojadas devido às chuvas que se abateram, em Novembro, sobre o município dos Dembos, aproximadamente a 180 quilómetros da cidade de Caxito, na província do Bengo, beneficiam, desde o princípio deste mês, de apoios do Governo.

Segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Felisberta Costa, já foram distribuídas 1.500 chapas de zinco e bens alimentares às vítimas da chuva, residentes na vila municipal de Quibaxe e na comuna do Piri.

Lembrou que a população afectada solicitou ajuda à Administração Municipal dos Dembos e, como consequência disso, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher disponibilizou 1.500 chapas.

Felisberta Costa sublinhou que "apesar de o apoio ser irrisório serviu para acomodar 130 famílias, que, devido aos estragos causados pela chuva, viram-se forçados a viver em casas de familiares, amigos ou vizinhos".

"Vamos continuar a apoiar as vítimas das chuvas e todas as famílias que vivem na condição de vulnerabilidade", garantiu a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O administrador adjunto dos Dembos para a Área Técnica, Gaspar da Cruz, esclareceu que as vítimas das chuvas receberam, também, cestas básicas, porque as suas reservas alimentares foram destruídas.

Gaspar da Cruz revelou que um grupo de técnicos, contratados pela Administração Municipal dos Dembos, coloca chapas e barrotes nas casas dos sinistrados, para garantir-lhes melhor segurança, em caso de as chuvas voltarem a cair de forma intensa, acompanhadas de ventania.

Uma das beneficiárias é Maria Augusta, 22 anos, moradora no bairro Columane, na periferia da vila municipal de Quibaxe. A jovem disse ao Jornal de Angola que as chuvas destruíram parcialmente um

dos três quartos da casa onde vive com o marido e três filhos.

"O quarto das meninas ficou destruído e já estamos a levantar as paredes. Estou muito feliz, porque já não vai ser necessário comprar mais chapas. Agradeço o apoio do Governo", disse Maria Augusta.

Na vila comunal do Piri, Linda Inácio, 31 anos, afirmou que a ajuda do Governo chegou em boa hora, porque as famílias que não sabiam para onde ir dormiam ao relento. "Perdemos as chapas que cobriam as nossas casas, mas graças ao Governo vamos poder voltar a dormir bem e em segurança", disse a moradora do Piri.

"O nosso grito de socorro foi ouvido e já recebemos chapas e barrotes, para cobrir as nossas casas", disse João António, de 40 anos, também morador da localidade do Piri.

### 10.2 Soluções para a seca cíclica apresentadas no Cunene

*Jornal de Angola*

28 De Novembro de 2021

O Ministério da Energia e Águas (MINEA) vai apresentar, na próxima quarta-feira (1), na província do Cunene, as soluções em estudo de mitigação dos efeitos da seca e segurança hídrica para os municípios da Cahama e do Curoca, sou estudo enquadra-se no Programa de Acções dos Projectos Estruturantes para o Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola, aprovado pelo Despacho Presidencial 167/19, de 4 de Outubro. O acto será realizado na sede municipal do Curoca, comuna de Oncócuca, e esta iniciativa emergencial está descrita nos lotes 7, 8 e 9.

Segundo o MINEA, o objectivo da consulta pública é o de dar a conhecer às entidades, organizações da sociedade civil locais e pessoas interessadas nos dois municípios os projectos em desenvolvimento, colectando destas as impressões e recomendações para assegurar as melhores soluções para a região.

Prevê-se a apresentação das construções de uma barragem no rio Caculuvar, na secção da Cova do Leão, com 17 metros de altura e capacidade de armazenar 25 milhões de metros cúbicos de água; de sistemas de abastecimento de água para as comunas de Cahama e Otchinjau, a partir da captação da Cova do Leão; sistema de abastecimento de água para a comuna de Oncócuca, a partir da execução de furos de captação.

Inclui, também, a construção de sistema de abastecimento de água para a comuna de Chitado, a partir da captação do rio Cunene, e a reabilitação de nove pequenas barragens de retenção de água, de assoreamento no Curoca, esperando-se que as represas permitam a prática de agricultura de subsistência, abeberamento do gado e pesca.

Serão, igualmente, previstos pequenos sistemas de tratamento e distribuição de água, pelo que o MINEA considera que essas soluções buscam a sustentabilidade do programa, não se restringindo ao atendimento das regiões no momento actual, pois tem como horizonte de projecto de 20 anos.

De acordo com o Ministério da Energia e Águas, as intervenções abrangem cerca de nove mil ligações domiciliárias, sete mil ligações por torneiras de quintal e 250 chafarizes de quatro torneiras, todos abastecidos por mais de 67 km de rede de distribuição.

Para garantir a viabilidade e reforçar a sustentabilidade das soluções, o programa prevê ainda a implantação de sistemas fotovoltaicos para abastecimento de energia às infra-estruturas e operação por dois anos, pelo empreiteiro, além da contratação e a capacitação de uma equipa técnica, dedicada à futura operação e manutenção, para assegurar a longevidade das intervenções.

As obras previstas vão durar 28 meses e irão gerar cerca de 1.400 empregos directos. As intervenções têm como principal objectivo melhorar a qualidade de vida da população da região, possibilitando o acesso à água potável de qualidade às mais de 130 mil pessoas que habitam naquelas localidades.

Também, com esse programa, o MINEA pretende atingir mais de 240 mil pessoas, garantindo a sustentabilidade da criação de mais de 30 mil cabeças de gado bovino e caprino, numa perspectiva de gerar impacto na redução do abandono escolar, na promoção da indústria, do comércio e do turismo na região.



11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS  
CHINES EM ANGOLA